

# GuiaDosBancos

Responsáveis

Uma análise das políticas e diretrizes socioambientais e climáticas dos oito maiores bancos do Brasil

NOVEMBRO/2024

Realização:





# FICHA TÉCNICA

## Instituto de Defesa de Consumidores (Idec)

### **Institucional**

#### Diretoria Executiva:

Igor Rodrigues Britto

#### Gerência de Comunicação e Engajamento:

Cláudia Focking

#### Gerência de Desenvolvimento Organizacional:

Marina Nascimento

#### Gerência Jurídica:

Christian Printes

#### Gerência de Marketing e Relacionamento:

Carla Yue

#### Gerência de Políticas:

Renato Barreto

### **Autoria:**

Julia Catão Dias

Karina Feliciano

### **Revisão e Contribuições:**

Giovanna Valentim (Conectas Direitos Humanos)

João Godoy (Conectas Direitos Humanos)

Karina Rie Ishida (Proteção Animal Mundial)

Natália Pollachi (Instituto Sou da Paz)

Ravenna Alves (Oxfam Brasil)

### **Comunicação, Marketing e Assessoria de Imprensa:**

Luive Osiano (Idec)

Fernando Gentil (Idec)

Jéssika Elizandra (Idec)

Karina Oliveira (Idec)

Brena Andrade (Instituto Sou da Paz)

Morgana Damásio (Conectas Direitos Humanos)

Niassa Jamena Conceição e Silva (Conectas Direitos Humanos)

Renata Busch (World Animal Protection Brasil)

Vinícius Braga (Oxfam Brasil)

### **Projeto Gráfico e Diagramação:**

Talita Aquino

### **Apoio:**

Fair Finance International

Oxfam Novib

SIDA - Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional



SWEDISH INTERNATIONAL  
DEVELOPMENT COOPERATION AGENCY

*This report has been co-financed by the Swedish international development agency, Sida. Responsibility for the content lies entirely with the creator. Sida does not necessarily share the expressed views and interpretations.*

# O P R A M A S

1. BREVE APRESENTAÇÃO | 04
2. O GBR | 07
3. COMO É FEITA A PESQUISA? | 11
4. RESULTADO DA AVALIAÇÃO:  
PANORAMA GERAL | 19
5. CONCLUSÃO | 66
6. ANEXOS | 68



# | 1. Breve Apresentação |



A **10ª edição do Guia dos Bancos Responsáveis (GBR)** é lançada em um momento em que não só o país, mas o mundo todo enfrenta desafios socioambientais cada vez mais urgentes. Por aqui, as queimadas e o desmatamento dos nossos biomas para o avanço da agropecuária, aliados à violência contra a população negra, indígena e comunidades tradicionais causada por setores produtivos como o da mineração, são as principais causas da emergência climática<sup>1</sup>, responsável por tragédias como as enchentes que aconteceram este ano no Rio Grande do Sul, que vitimaram sobretudo a população historicamente vulnerabilizada<sup>2</sup>.

Para enfrentar o contexto de múltiplas crises<sup>3</sup> que vivemos, precisamos contar com agentes-chave: as **instituições financeiras** e os **órgãos que regulam este setor**. Isto

porque são as decisões dessas instituições sobre os seus financiamentos e investimentos que viabilizam a atividade econômica no país, podendo contribuir (ou não) para a superação dos desafios da atualidade.

Ou seja, **os bancos têm um poder enorme em suas mãos**. Eles podem decidir se financiam a exploração de carvão mineral, uma atividade poluidora que ameaça o nosso futuro, ou se preferem investir esse mesmo dinheiro em alternativas energéticas mais sustentáveis. São capazes de cobrar das empresas que respeitem os protocolos de consentimento livre, prévio e informado de comunidades tradicionais ou podem fazer vista grossa, sendo cúmplices da violação de direitos territoriais.

---

1 De acordo com o estudo da SEEG, o desmatamento causado pelas mudanças de uso da terra, e que contribuem para a devastação de biomas brasileiros corresponde a 1,12 bilhão de toneladas brutas de gás carbônico equivalente (CO<sub>2</sub> e), ou 48% de emissões totais nacionais em 2023, apenas o setor do agropecuária corresponde a 27% das emissões brutas do país. <https://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2024/02/SEEG11-RELATORIO-ANALITICO.pdf>

2 O estudo da Rede Mundial de Atribuição (WWA, na sigla em inglês) aponta a falta de investimento público e manutenção do sistema de contenção de enchentes no Estado como um dos principais motivos da grande dimensão do desastre, agravado pela desigualdade social na falta de infraestrutura adaptada para um cenário de crise climática voltado para a população vulnerabilizada. Ainda, de acordo com dados da Funai, 70% dos territórios indígenas e mais de 8 mil famílias foram afetados pelas enchentes. A Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq) informou que das sete mil famílias quilombolas do RS, aproximadamente 850 famílias foram atingidas diretamente e cerca de 1300 indiretamente. <https://www.worldweatherattribution.org/climate-change-made-the-floods-in-southern-brazil-twice-as-likely/>

3 Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade, as guerras e os conflitos, e a persistência da COVID 19 agravam a pobreza e a desigualdade, contribuindo para a fome e a insegurança alimentar. <https://www.undp.org/policy-centre/governance/events/how-can-we-emerge-stronger-todays-multiple-crises>

Assim, defendemos que o setor regulatório imponha regras rígidas aos bancos. Mas, para além disso, **os próprios bancos devem fazer a sua parte!** É essencial que **incorporem em suas políticas critérios rigorosos em matéria socioambiental e climática** e, mais do que isso, que apliquem, **na prática**, medidas efetivas para prevenir, mitigar e reparar as violações de direitos fruto das atividades das empresas que financiam ou nas quais investem.

Como será que anda o comprometimento das maiores instituições financeiras que operam no país com as pessoas e com a natureza? De saída, damos o *spoiler*: o que o GBR vem nos mostrando nos últimos anos - e com esta edição não é diferente - é que ainda há muito para se avançar.

A avaliação minuciosa dos documentos públicos dos **oito bancos brasileiros** em **18 temas** revela que essas instituições deixam de aplicar diretrizes importantes relacionadas, por exemplo, à defesa e garantia dos direitos humanos e à conservação da biodiversidade, tanto em suas próprias operações quanto na concessão de crédito e nos seus investimentos. Neste ano, a nota média geral dos bancos, em um ranking que vai de 0 a 10, ficou em **3,3**. Pouco, né?

Para transformar este cenário, nós, juntos, podemos exercer uma pressão importante. Quando abrimos uma conta e guardamos o nosso dinheiro no banco, esse recurso é utilizado pelas instituições financeiras para financiar outros empreendimentos. Como no Brasil 84% da população é bancarizada<sup>4</sup>, temos um grande poder coletivo em nossas mãos.

A partir de informações atualizadas e detalhadas sobre o grau de comprometimento em matéria socioambiental e climática dos maiores bancos do país, este guia se propõe a ser uma referência tanto para consumidores, investidores e reguladores quanto para as próprias instituições financeiras, incentivando a adoção de práticas mais responsáveis e transparentes.

Ao longo das próximas páginas contamos mais sobre o que é GBR, como se deu o processo de pesquisa e, claro, apresentamos uma análise detalhada da avaliação das políticas das maiores instituições financeiras que operam no país. No nosso site, você pode inclusive enviar uma carta para o seu banco, se manifestando sobre o seu resultado.

**Boa leitura!**

---

4 Segundo dados mais recentes do Global Findex 2021, publicado pelo Banco Mundial. <https://www.worldbank.org/en/publication/globalindex>



**| 2.0 GBR |**



O **Guia dos Bancos Responsáveis** é um projeto coordenado pelo **Instituto de Defesa de Consumidores (Idec)** em coalizão com outras quatro organizações da sociedade civil brasileira: a **Conectas Direitos Humanos**, o **Instituto Sou da Paz**, a **Oxfam Brasil** e a **Proteção Animal Mundial**.

Partimos do princípio de que, antes de decidir investir dinheiro em determinado projeto, o banco deve fazer uma avaliação rigorosa dos riscos que aquele financiamento representa para as pessoas e para a natureza que podem ser afetadas por ele - e não para o investimento em si.

Também entendemos que as instituições financeiras têm responsabilidade pelas consequências dos seus empréstimos, ainda que não sejam diretamente culpadas por elas. No caso hipotético do financiamento de um frigorífico, se as galinhas são criadas com maus tratos, confinadas em espaços minúsculos e tratadas por pessoas em situação análoga à escravidão, o banco deve responder por essas violações na mesma medida em que a empresa financiada por ele, já que ambos tiraram proveito da atividade.

---

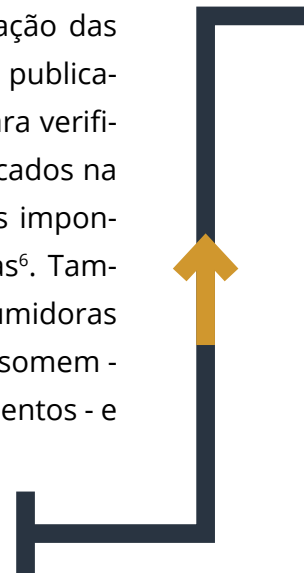
5 Saiba mais em: <https://guiadosbancosresponsaveis.org.br/estudos-de-caso/>

6 Em 2024, por exemplo, contribuimos para a Consulta Pública 01/24 do Banco Central e publicamos um policy paper do âmbito do T20, um grupo dentro do G20 que reúne think tanks para a elaboração de resumos de políticas, grupos de trabalhos e proposição de eventos. Para saber mais: <https://guiadosbancosresponsaveis.org.br/estudos-de-caso/2024/guia-dos-bancos-responsaveis-contribui-com-policy-brief-publicado-pelo-t20-brasil/>

Por isso é tão importante que as instituições financeiras se comprometam, por meio de suas políticas, com protocolos rigorosos em matéria socioambiental e climática. E, mais do que isso, que apliquem efetivamente essas diretrizes, se responsabilizando por eventuais descumprimentos.

Para contribuir com o debate, além da avaliação das políticas de responsabilidade dos bancos brasileiros, publicada a cada dois anos, produzimos estudos de caso para verificar como e se esses compromissos estão sendo aplicados na prática<sup>5</sup>, e lutamos para que os agentes regulatórios imponham regras mais rigorosas às instituições financeiras<sup>6</sup>. Também informamos e sensibilizamos as pessoas consumidoras sobre a relação entre os serviços financeiros que consomem - por exemplo, contas correntes, poupanças e investimentos - e o uso que os bancos fazem com os seus recursos.

**E você, sabe para onde vai o seu dinheiro?**





# Pra onde vai o seu dinheiro?

Achou que o dinheiro que você lutou pra juntar ficava guardadinho no banco?  
Não é bem isso que acontece, acompanha as setas!

## SEU DINHEIRO NA POUPANÇA



Você coloca seu dinheiro na poupança



Seu dinheiro começa a render (mas porque?)

A poupança é a forma mais segura de investimento. Uma parte do dinheiro que você está colocando na poupança é “emprestada” a algum financiamento imobiliário e a outra parte a qualquer tipo de financiamento que o banco decidir (mas qual?)

## SEU DINHEIRO EM INVESTIMENTOS



Você decide investir para ter um rendimento maior que a poupança



Escolhe um fundo de investimento ofertado pelo banco

Este recurso investido irá para uma empresa que pode estar violando direitos humanos, sociais e ambientais (mas quais?)



Não há transparência sobre as empresas na carteira dos bancos. Seu dinheiro pode estar investindo em empresas condenadas por trabalho escravo.

## SEU DINHEIRO PARADO EM CONTA CORRENTE



Você abre uma conta num banco que possibilita o rendimento do dinheiro na conta corrente



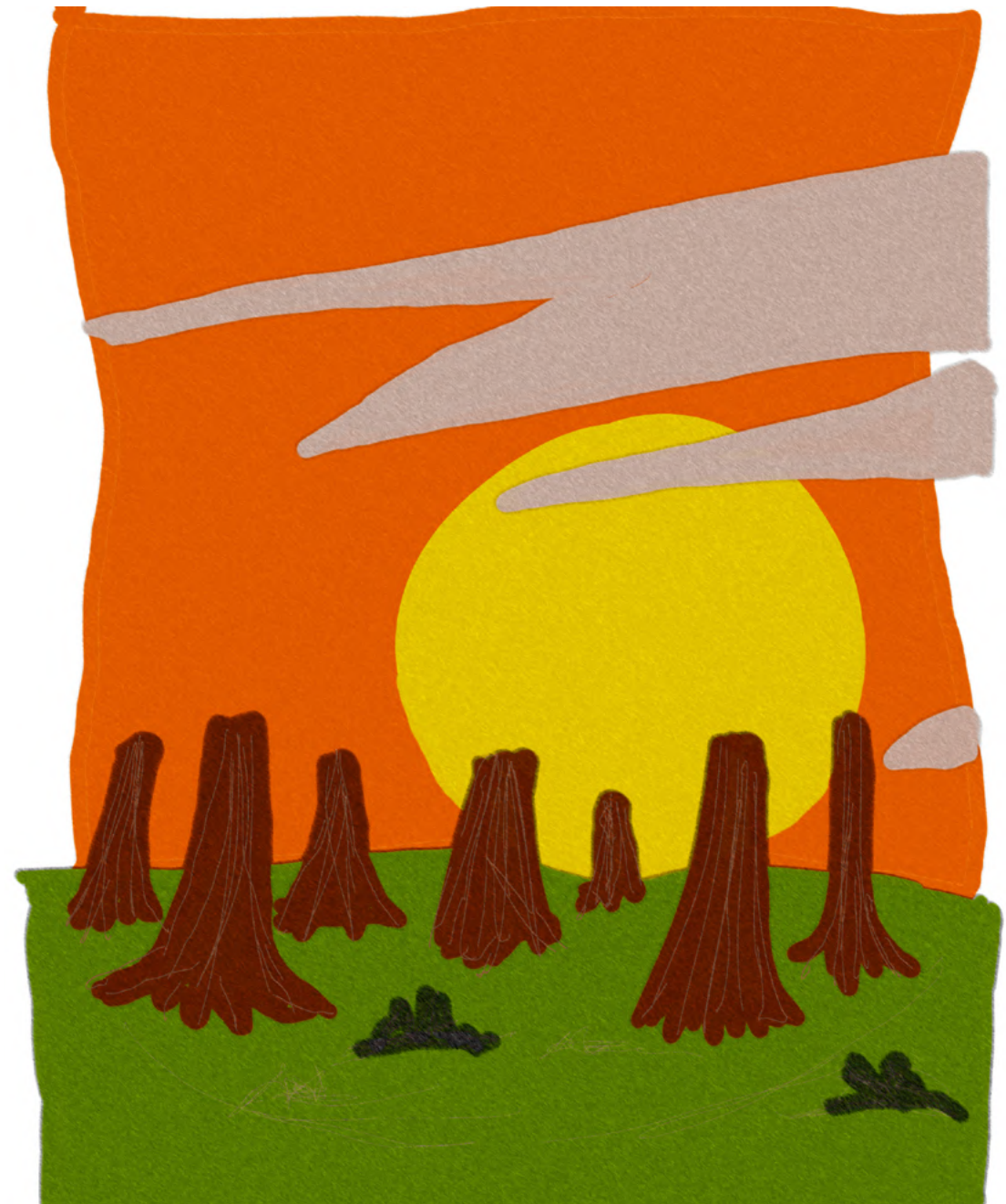
Este rendimento significa que o banco te paga para emprestar seu dinheiro para outros por uma taxa muito maior

Seu dinheiro pode estar financiando empresas que cometem desmatamento ilegal, por exemplo.

**Questionar os bancos e pedir por mais transparência é seu direito. Desta forma, todos poderão ter certeza que seu dinheiro não contribui com atividades que vão na contramão do que acreditam ser correto.**



A iniciativa faz parte da **Fair Finance International (FFI)**, uma rede de entidades civis de diferentes partes do mundo que atua pela transformação dos sistemas financeiros globais e está presente em 24 países: Bangladesh, Bélgica, Bolívia, Brasil, Camboja, Colômbia, Alemanha, Gana, Índia, Indonésia, Japão, Laos PDR, Holanda, Nigéria, Noruega, Paquistão, Peru, África do Sul, Moçambique, Suécia, Tailândia, Filipinas, Uganda e Vietnã.





**| 3. Como é feita a pesquisa? |**



A metodologia aplicada pelo **Guia dos Bancos Responsáveis (GBR)** foi desenvolvida e é revisada a cada dois anos pela rede da Fair Finance International e pela Profundo, uma consultoria de sustentabilidade sediada nos Países Baixos. As instituições financeiras também são convidadas e incentivadas a contribuir com o seu aprimoramento.

Esta edição do GBR utilizou a versão mais recente da metodologia, publicada em 2023.

Todos os bancos brasileiros operam sob o Sistema Financeiro Nacional e devem cumprir as resoluções e normas emitidas pelos órgãos reguladores, como o Banco Central do Brasil (BCB) e o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em 2021, foi implementada a Resolução CMN nº 4.945/2021, que introduziu a obrigatoriedade de que as instituições financeiras considerem os fatores de risco climático em suas operações. Além disso, a Resolução BCB nº 140/2021 impõe requisitos sociais, ambientais e climáticos para a concessão de crédito rural, determinando, por exemplo, que não se conceda crédito a empreendimentos localizados, total ou parcialmente, em terras indígenas.

Existem também normas que exigem a publicação de relatórios sobre riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticos, analisados pelo Grupo de Supervisão de Riscos (GBR). Entre essas normas estão:

- Resolução CMN nº 4.945/2021, que trata da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC);
- Resolução BCB nº 140/2021, que estabelece impedimentos socioambientais e climáticos;
- Resolução BCB nº 139/2021, que regulamenta a divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC).



Em 2023, a Resolução CMN nº 5.102/23 trouxe importantes avanços ao tema das mudanças climáticas e ambientais, ao modificar normas do Manual de Crédito Rural. Agora, a análise de concessão de crédito rural abrange todos os biomas e impede o financiamento de empreendimentos localizados em imóveis rurais irregulares ou embargados por desmatamento ilegal, conforme o Cadastro de Autuações Ambientais e Embargos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Mais recentemente, em junho de 2024, o Banco Central abriu uma consulta pública para aprimorar as regras sobre a divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas, à qual o GBR contribuiu com recomendações. As propostas visaram aumentar a transparência das instituições financeiras e estabelecer metas mensuráveis sobre o impacto de suas atividades financeiras e investidas. Entre as recomendações feitas ao BCB destacam-se a exigência de metas climáticas mais rigorosas, divulgação completa das emissões de carbono, restrição ao financiamento de atividades relacionadas à exploração de combustíveis fósseis, e a necessidade de informar a localização de ativos sensíveis a riscos ambientais, climáticos e de direitos humanos.

## 3.1 Bancos avaliados

Avaliamos os documentos públicos dos **8 maiores bancos que operam no país**, e que juntos concentram 71,7% dos ativos do sistema bancário<sup>7</sup>:



<sup>7</sup> Informação disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/infdata/#>



## 3.2 Temas analisados

O GBR analisa os compromissos públicos assumidos pelas instituições financeiras em relação à **18 temas**, divididos em três categorias:

### TEMAS TRANSVERSAIS:

**se relacionam com todos os setores econômicos e industriais apoiados pelo banco.**

### TEMAS SETORIAIS:

**se conectam a segmentos específicos da economia.**

### TEMAS OPERACIONAIS:

**estão associados às questões internas das instituições financeiras.**

Temas Transversais	Temas Setoriais	Temas Operacionais
Bem-estar animal	Armas	Proteção ao Consumidor
Mudanças Climáticas	Alimentos	Inclusão Financeira
Corrupção	Florestas	Remuneração
Igualdade de Gênero	Mineração	Transparência e Prestação de Contas
Direitos Humanos	Óleo e Gás	
Direitos Trabalhistas	Geração de energia	
Meio Ambiente		
Impostos		

Cada tema possui o que chamamos de **elementos**, que nada mais são do que diretrizes que as instituições financeiras devem deixar explícitas em suas políticas. A pergunta que fazemos para cada um desses critérios é simples: ele está presente em algum documento público do banco? Se a resposta for sim, o banco pontua. Senão, a nota é zero.

Essa avaliação é feita não só em relação à operação interna do banco, mas também para quatro categorias de serviços financeiros: os créditos corporativos, o financiamento de projetos, a gestão de recursos próprios e a gestão de recursos de terceiros.



CATEGORIAS DE AVALIAÇÃO	
<b>Créditos corporativos</b>	Créditos corporativos são empréstimos ou linhas de crédito concedidos a empresas, geralmente com o objetivo de financiar suas operações, expansão, ou reestruturação de dívidas. Esses créditos podem ser usados para diversas finalidades, como capital de giro, compra de equipamentos, desenvolvimento de novos projetos ou fusões e aquisições. A concessão desse tipo de crédito é baseada em fatores como a saúde financeira da empresa, seu histórico de pagamento, ativos e, em alguns casos, a previsão de fluxo de caixa.
<b>Financiamento de projetos</b>	O financiamento de projetos é um tipo específico de crédito corporativo, utilizado principalmente para financiar grandes empreendimentos, como projetos de infraestrutura ou desenvolvimento de novos produtos. Diferente do crédito corporativo tradicional, onde a análise envolve a empresa como um todo, neste caso o foco está no fluxo de caixa gerado pelo próprio projeto. Ou seja, a capacidade de pagamento será avaliada com base nos resultados futuros do projeto, e não na saúde financeira geral da empresa. Mesmo assim, o valor financiado deve ser devolvido ao banco.
<b>Ativos proprietários</b>	Ativos proprietários são os bens e investimentos que pertencem ao banco, incluindo ações, títulos de empresas, imóveis, equipamentos e outros ativos. Esses recursos fazem parte do balanço patrimonial do banco e representam os investimentos e propriedades que ele detém diretamente.
<b>Gerenciamento de ativos</b>	O gerenciamento de ativos envolve a administração de investimentos e portfólios de clientes, como indivíduos, instituições ou fundos. Os gerentes de ativos tomam decisões sobre onde e como investir os recursos dos clientes, buscando maximizar retornos e minimizar riscos. Nesse caso, os ativos não pertencem ao banco, mas sim aos clientes que confiam suas economias e investimentos ao banco ou à gestora de ativos. A metodologia FFI inclui as seguintes atividades na gestão de ativos de clientes: Gestão de ativos; Gestão de patrimônio; Gestão de investimentos e Private banking (banco privado na tradução livre).

Quanto mais abrangente for o compromisso assumido pelo banco, maior a nota naquele elemento, e, conseqüentemente, naquele tema.

Para conferir o conjunto de elementos que compõem cada um dos temas avaliados pelo GBR, basta acessar o [anexo I deste relatório](#).

Para saber quais documentos foram avaliados para cada banco, a resposta está [no anexo II](#).

## 3.3 Pontuação automática pela adesão à padrões internacionais e retirada dos pontos de legislação

A metodologia do GBR também prevê a atribuição automática de pontuação em alguns casos quando as instituições financeiras são signatárias de padrões internacionais específicos.

São considerados:

INICIATIVAS INTERNACIONAIS	
<b>Padrões de desempenho da IFC</b>	A Corporação Financeira Internacional implementa 8 Padrões de Desempenho que fornecem orientação às instituições financeiras sobre como identificar riscos e impactos. Os padrões são projetados para ajudar a evitar, minimizar e gerenciar riscos e impactos socioambientais, como forma de fazer negócios de maneira sustentável. Para isso, propõe o engajamento das partes interessadas e as obrigações de divulgação por parte do cliente financiado no que se refere às atividades do projeto. <a href="https://www.ifc.org/en/insights-reports/2012/ifc-performance-standards">https://www.ifc.org/en/insights-reports/2012/ifc-performance-standards</a>
<b>Princípios do Equador</b>	Os Princípios do Equador são um conjunto de normas socioambientais aplicadas na concessão de financiamento para grandes projetos. Eles se baseiam nos critérios de desempenho da International Finance Corporation (IFC). Os bancos signatários podem receber pontuação automática em determinados elementos, na categoria de Financiamento de Projetos, ao aderirem a essas diretrizes.
<b>Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança da IFC</b>	A Diretriz de Meio Ambiente, Saúde e Segurança se relaciona ao Padrão de Desempenho 4 da IFC. Ele reconhece que as atividades, os equipamentos e a infraestrutura do projeto podem aumentar a exposição de comunidades a riscos e impactos negativos. Neste sentido, ele requer que as instituições financeiras garantam que seus projetos previnam e evitem impactos na saúde e segurança de funcionários e comunidades afetadas em todo o ciclo do projeto.
<b>Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais</b>	São recomendações feitas pelos governos signatários, direcionadas a empresas multinacionais e bancos. Elas estabelecem princípios e normas de boas práticas, e seu cumprimento é voluntário. O objetivo das Diretrizes é promover o comércio e o investimento responsáveis, abordando temas como: Divulgação de Informação, Direitos Humanos, Emprego e Relações de Trabalho, Meio Ambiente, Combate ao Suborno e à Corrupção, Interesses do Consumidor, Ciência, Tecnologia e Inovação, e Concorrência.
<b>Pacto Global da ONU</b>	O Pacto Global é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo. Ele busca assegurar que as instituições financeiras signatárias exijam que as empresas financiadas e investidas alinhem suas operações e estratégias aos Dez Princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção. Além disso, o Pacto incentiva o desenvolvimento de ações que contribuam para enfrentar os principais desafios sociais e ambientais globais. <a href="https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/participants">https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/participants</a>



<b>Princípios das Nações Unidas para o Investimento Responsável</b>	Os Princípios para o Investimento Responsável (PRI) são um conjunto de diretrizes que incentivam investidores a incorporar fatores ambientais, sociais e de governança (ESG) em suas decisões de investimento. Voltados para investidores institucionais, fundos de pensão e gestores de ativos, os PRI promovem práticas de investimento que buscam equilibrar rendimentos financeiros com impactos positivos no bem-estar social e ambiental. Os PRI são compostos por seis princípios fundamentais: (i) Integrar temas ESG nas análises de investimento e nos processos de tomada de decisão; (ii) Incorporar temas ESG às políticas e práticas de gestão de ativos; (iii) Exigir transparência das empresas investidas em relação às suas práticas ESG; (iv) Promover a implementação dos Princípios dentro do setor de investimento; (v) Colaborar para garantir a eficácia da implementação dos Princípios; (vi) Divulgar relatórios sobre as atividades e o progresso na implementação. <a href="https://www.unpri.org/searchresults">https://www.unpri.org/searchresults</a>
<b>Princípios das Nações Unidas para a Responsabilidade Bancária</b>	Os seis Princípios das Nações Unidas para a Responsabilidade Bancária, criados em 2019, são diretrizes que orientam instituições financeiras a integrar fatores ambientais, sociais e de governança (ESG) em suas operações e decisões de crédito. Voltados para bancos e outras instituições financeiras, esses princípios visam promover práticas que gerem impactos positivos para a sociedade e o meio ambiente, enquanto asseguram a sustentabilidade financeira a longo prazo. <a href="https://www.unepfi.org/banking/bankingprinciples/prbprinciples/">https://www.unepfi.org/banking/bankingprinciples/prbprinciples/</a>

Neste ano também admitimos na avaliação as normas de autorregulação bancária da Federação Brasileira de Bancos (Febraban)<sup>8</sup>, reconhecendo que se trata de um compromisso assumido por todos os bancos avaliados.

Por outro lado, retiramos todos os pontos que eram concedidos automaticamente por haver previsão normativa sobre o elemento. Como havíamos informado em 2020, os pontos de legislação não seriam mais considerados a partir de 2022. Porém, para que os bancos tivessem um tempo

maior de adaptação e a mudança não significasse uma queda drástica nas notas, mantivemos algumas pontuações na edição anterior.

Agora, em 2024, a retirada dessas notas foi concluída. Trata-se do cumprimento de uma recomendação da metodologia aplicada, que sugere que os pontos de legislação sejam utilizados apenas quando a instituição financeira opera em um único país e o respeito às leis é bem consolidado - o que não é o caso do Brasil e dos bancos que aqui operam.

<sup>8</sup> A autorregulação bancária é uma iniciativa implementada pela Febraban em 2007, que atualmente conta com 97 associados. Os bancos signatários são categorizados em níveis I (apenas seguem o código de conduta ética e autorregulação bancária) II e III. Os dois últimos aderem voluntariamente a um ou mais dos eixos normativos do SARB, o relacionamento entre os bancos e os consumidores, a prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, e a responsabilidade socioambiental. De acordo com o código de ética da autorregulação, a pena máxima para aqueles que descumprirem os normativos será a exclusão de sua participação no Sistema de Autorregulação Bancária. <https://autorregulacaobancaria.com.br/pagina/19/10/pt-br/autorregulacaobancaria>

## 3.4 As etapas da pesquisa e o diálogo com os bancos

A avaliação de políticas do GBR teve início em janeiro e foi concluída em outubro de 2024. O processo de pesquisa cumpriu com cinco etapas:

Ao longo de todo o processo permanecemos abertos ao diálogo com as instituições financeiras. O engajamento dos oito bancos com a quarta etapa da pesquisa, na qual todos revisaram suas próprias avaliações, revela a legitimidade do processo.





## **| 4. Resultado da avaliação: panorama geral |**



Na **10ª edição do Guia dos Bancos Responsáveis (GBR)** a média geral dos oito bancos avaliados em 18 temas ficou em **3,3**. Ou seja, **apenas 33% dos elementos avaliados foram encontrados nos documentos públicos dessas instituições**. O resultado apresenta uma queda em relação à edição anterior, quando a média geral ficou em 3,8.

Com exceção do Banco do Brasil, todos os bancos tiveram as suas notas diminuídas. A piora no desempenho é reflexo, principalmente, da retirada dos pontos automáticos de legislação, apontando para a urgência da incorporação de critérios mais rigorosos em matéria socioambiental e climática nas políticas (e práticas!) das instituições financeiras.

Embora tanto as políticas de crédito quanto as de financiamento de projetos apresentem fragilidades, o cenário é ainda mais preocupante nas carteiras de investimento, que possuem pouquíssimas diretrizes. Enquanto os compromissos em relação ao crédito tendem a ser mais rigorosos, as carteiras de investimento carecem de políticas robustas, tornando sua gestão consideravelmente mais negligente.

Apesar de todos os bancos publicarem um relatório anual com informações sobre as suas atividades operacionais e de sustentabilidade, atendendo às obrigações impostas pela Resolução 4.945/2021 do Banco Central<sup>9</sup>, o grau de detalhamento das políticas se difere entre eles. Nesta edição, a nota mais alta foi **5,1**, enquanto a mais baixa ficou em **2,4**.

Vamos então, ao ranking geral. Para facilitar a visualização, as notas são comunicadas por meio de números, em uma escala de 0 a 10, e por cores: roxa, vermelha, laranja, amarela e verde, em intervalos de 2 pontos.

	Ranking dos Bancos 2024		Varição	2022
1º	BNDES	5,1	-0,1	5,2
2º	Banco do Brasil	3,8	0,11	3,7
3º	Itaú	3,6	-0,5	4,1
4º	Santander	3,3	-0,6	3,9
5º	Caixa Econômica	2,9	-0,5	3,4
6º	Bradesco	2,9	-0,8	3,7
7º	BTG Pactual	2,5	-0,6	3,1
8º	Safra	2,4	-1,0	3,4
	<b>Média total</b>	<b>3,3</b>	<b>-0,5</b>	<b>3,8</b>

9 Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=4945>



O BNDES se manteve no primeiro lugar, o que era esperado devido a sua finalidade de banco de desenvolvimento, com nota 5,1. Em seguida, temos o Banco do Brasil, que foi o único a apresentar um melhor desempenho em relação à última avaliação, subindo duas posições na classificação geral, com 3,8 pontos. O Itaú Unibanco caiu da segunda para a terceira posição, com nota 3,6, enquanto o Santander desceu da terceira para a quarta posição, com média de 3,3. Em quinto lugar, a Caixa Econômica Federal, com 2,9 pontos. A mesma nota foi obtida pelo Bradesco, que ficou com a sexta posição devido ao critério de desempate, que considerou a segunda casa decimal - o primeiro recebeu 2,93, enquanto o segundo ficou com 2,89. Com isso, a Caixa superou o Bradesco em relação à última avaliação. Por fim, o BTG Pactual alcançou a sétima posição, com média 2,5, ultrapassando o Safra que ficou na oitava posição com nota 2,4.

A seguir, é possível conferir e comparar as notas por bancos e por temas. Nas próximas seções serão detalhados os motivos que explicam esse desempenho.



	Banco do Brasil	BNDES	Bradesco	BTG Pactual	Caixa Econômica	Itaú	Safra	Santander	Média Total
Bem-estar animal	0	0	0	1,4	0	0	0	0	0,2
Mudanças Climáticas	5,1	3,6	3,2	1,2	1,4	4,6	0,6	4,1	3,0
Corrupção	5,4	7,4	5,4	4,6	3,8	5,4	4,6	3,8	5,0
Igualdade de Gênero	4,1	7,5	3,7	2,6	3,0	3,8	2,3	3,1	3,8
Direitos Humanos	5,8	6,2	5,6	4,4	4,4	4,8	3,6	3,8	4,8
Direitos Trabalhistas	5,0	6,5	5,5	4,7	4,5	5,5	2,5	5,2	4,9
Meio Ambiente	3,6	5,0	3,3	4,4	3,3	4,1	0,4	3,9	3,5
Impostos	1,2	3,3	1,8	1,2	2,4	1,8	1,2	2,9	2,0
Armas	2,2	4,0	0	0	0	0	9,3	2,7	2,3
Alimentos	1,4	2,7	0	0,5	1,2	0	0	0	0,7
Florestas	2,2	5,0	1,8	2,4	2,2	1,9	1,5	2,0	2,4
Mineração	2,3	5,4	1,6	1,0	0,9	1,8	0,3	3,2	2,1
Óleo e Gás	3,4	2,4	2,6	1,3	1,2	2,7	0	2,8	2,0
Geração de energia	2,8	4,7	1,1	0,7	0,7	3,4	0	2,4	2,0
Proteção ao Consumidor	7,1	6,5	6,3	4,5	8,7	9,2	8,4	8,2	7,4
Inclusão Financeira	8,9	9,0	6,4	6,1	7,9	7,1	6,4	7,1	7,4
Remuneração	5,0	5,0	1,0	2,2	3,3	4,7	0,5	1,7	2,9
Transparência e Prestação de Contas	2,8	7,4	2,7	2,4	3,3	4,6	2,1	3,0	3,5
<b>Média final do banco</b>	<b>3,8</b>	<b>5,1</b>	<b>2,9</b>	<b>2,5</b>	<b>2,9</b>	<b>3,6</b>	<b>2,4</b>	<b>3,3</b>	

**LEGENDA:**

 0 - 1,9    
 2 - 3,9    
 4 - 5,9    
 6 - 7,9    
 8 - 10



## 4.2 Resultado por banco

Aqui, em ordem alfabética, apresentamos o desempenho por temas de cada uma das instituições financeiras avaliadas. Destacamos, também, os principais pontos positivos e negativos de cada uma delas.

### BANCO DO BRASIL

O Banco do Brasil foi a única instituição financeira avaliada que melhorou a sua nota nesta edição do GBR. Dentre as razões desta melhora está o fato de ter assumido mais compromissos no tema de Mudanças Climáticas. Ficou em 2º lugar na classificação geral, com a nota de 3,8 - um ganho de 0,11 em relação a 2022.

Tema	Banco do Brasil
Inclusão Financeira	8,9
Proteção ao Consumidor	7,1
Direitos Humanos	5,8
Corrupção	5,4
Mudanças Climáticas	5,1
Direitos Trabalhistas	5,0
Remuneração	5,0
Igualdade de Gênero	4,1
Meio Ambiente	3,6
Óleo e Gás	3,4
Geração de energia	2,8
Transparência e Prestação de Contas	2,8
Mineração	2,3
Armas	2,2
Florestas	2,2
Alimentos	1,4
Impostos	1,2
Bem-estar animal	0
<b>Média final do banco</b>	<b>3,8</b>

## DESTAQUES POSITIVOS

**Mudanças climáticas:** O Banco do Brasil obteve a melhor nota no tema. Destacamos as listas de exclusão que explicitamente descartam o envolvimento da instituição com indústrias de carvão mineral, térmico, e atividades com óleo e gás não convencionais.

**Armas:** A instituição saiu do zero, na medida em que adotou algumas diretrizes para a concessão de crédito a empresas do ramo. O banco se compromete a não conceder empréstimos para a produção e comercialização de minas terrestres e armas de destruição em massa, que são as nucleares, químicas, biológicas e tóxicas.

**Proteção do consumidor:** O Banco publicizou uma política na qual afirma não realizar a prática de venda casada, quando a compra de um produto é condicionada à aquisição de outro. Além disso, tornou pública uma diretriz de transparência sobre a coleta e o uso de dados de seus clientes.

## DESTAQUES NEGATIVOS

**Transparência e prestação de contas:** o Banco perdeu pontos por não ter se engajado com a sociedade civil em questões relacionadas aos riscos socioambientais e climáticos de sua atividade desde 2021, quando esta deveria ser uma prática contínua. Além disso, a instituição não publica uma política de voto ou um guia onde explicita o que orienta a suas decisões em questões de sustentabilidade diante de seus próprios investimentos. Outro ponto crítico é a falta de um canal aberto para receber denúncias e reclamações sobre as consequências de seus financiamentos e investimentos.



## BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ficou em 1º lugar do ranking, com a nota média 5,1, o que significa uma perda de 0,1 em relação a 2022. A posição do banco se manteve principalmente em razão da publicação das listas de exclusão de atividades financiadas e investidas, dos questionários socioambientais que são aplicados às empresas financiadas e do nome e região das corporações com as quais têm relação.

Tema	BNDES
Inclusão Financeira	9,0
Igualdade de Gênero	7,5
Corrupção	7,4
Transparência e Prestação de Contas	7,4
Direitos Trabalhistas	6,5
Proteção ao Consumidor	6,5
Direitos Humanos	6,2
Mineração	5,4
Meio Ambiente	5,0
Florestas	5,0
Remuneração	5,0
Geração de energia	4,7
Armas	4,0
Mudanças Climáticas	3,6
Impostos	3,3
Alimentos	2,7
Óleo e Gás	2,4
Bem-estar animal	0
<b>Média final do banco</b>	<b>5,1</b>

## DESTAQUES POSITIVOS

**Mudanças climáticas:** O banco é um dos únicos a publicar as emissões dos gases do efeito estufa de sua carteira de investimentos próprios. A instituição também se comprometeu a excluir o crédito e o financiamento de projetos para o setor do carvão.

**Igualdade de gênero:** A política de remuneração do banco é baseada na posição ocupada por seus funcionários, e é explicitado que não há distinção salarial entre os gêneros. A instituição também exige em seus contratos de operações de crédito que as empresas financiadas tenham diretrizes de combate à discriminação de gênero de qualquer natureza.

## DESTAQUES NEGATIVOS

**Transparência e prestação de contas:** Apesar de o banco dizer que considera aspectos socioambientais em suas políticas de voto em investimentos da BNDESPAR, não deixa claro quais são esses critérios ou como os seus acionistas devem votar. Além disso, não fornece informações sobre a abertura de seu canal de denúncias para as comunidades e indivíduos afetados pelas consequências de seus financiamentos.

**Meio ambiente:** Ainda que apresente a melhor nota no tema dentre todos os bancos, o BNDES não apresenta políticas referentes à comercialização e produção de organismos geneticamente modificados. Ainda, quando há apoio a projetos alocados em regiões de escassez hídrica, o banco não traz informações suficientes sobre as exigências feitas às empresas para atender as necessidades hídricas das comunidades do entorno ou dos ecossistemas locais, ou para mitigar os impactos da falta de água.

**Bem estar animal:** Pelo segundo ano consecutivo o banco não pontua no elemento, pelo fato de que ainda não possui uma política específica que assegure o bem-estar animal nos mais diversos setores, como a agropecuária.



## BRADESCO

O Bradesco caiu uma posição no ranking e 0,8 pontos na média final, ficando em 6º lugar com 2,9 pontos. A nota foi afetada, em grande parte, pela falta de compromissos socio-ambientais que antes eram cobertos por pontos automáticos de legislação.

Tema	Bradesco
Inclusão Financeira	6,4
Proteção ao Consumidor	6,3
Direitos Humanos	5,6
Direitos Trabalhistas	5,5
Corrupção	5,4
Igualdade de Gênero	3,7
Meio Ambiente	3,3
Mudanças Climáticas	3,2
Transparência e Prestação de Contas	2,7
Óleo e Gás	2,6
Florestas	1,8
Impostos	1,8
Mineração	1,6
Geração de energia	1,1
Remuneração	1,0
Bem-estar animal	0
Armas	0
Alimentos	0
<b>Média final do banco</b>	<b>2,9</b>

## DESTAQUES POSITIVOS

**Mudanças climáticas:** O banco foi um dos únicos a publicar 100% das emissões de gases do efeito estufa de sua carteira de investimentos em gestão de ativos de terceiros, para o escopo 1 e 2<sup>10</sup>. Adicionalmente, o banco tem parado os seus financiamentos em empresas com mais de 20% de sua receita proveniente de carvão térmico e energia gerada a carvão, atividades que contribuem para o acirramento da emergência climática.

**Óleo e Gás:** Neste tema setorial o banco melhorou a sua nota por adotar políticas de exclusão para linhas de crédito destinadas à extração de óleo e gás de xisto e areias betuminosas.

**Proteção ao consumidor:** O banco obteve um pequeno aumento na média do tema pois, além de aderir ao Programa Desenrola Brasil<sup>11</sup> em 2023, assumiu o compromisso com o tratamento justo e equitativo nas suas comunicações e na prestação de serviços aos seus clientes, considerando as vulnerabilidades econômicas e sociais.

10 O Escopo 1 são as emissões de gases do efeito estufa (GEE) diretas que resultam de atividades sob o controle do banco ou empresa. Já o Escopo 2 são as emissões de GEE indiretas, ocasionadas pelo uso de energia e compra dos bancos e empresas. O Escopo 3 são todas as outras emissões indiretas que não estão ligadas ao banco ou empresa, mas à sua cadeia de valor.

11 O Desenrola é o Programa de Renegociação de Créditos Inadimplidos, criado pelo Governo Federal, com o objetivo de recuperar as condições de crédito de devedores com renda bruta de até dois salários-mínimos que possuam dívidas negativadas de até R\$ 20 mil. Disponível em: <https://desenrola.gov.br/novahome>

## DESTAQUES NEGATIVOS

**Direitos trabalhistas:** O banco perde pontos por não assegurar que as empresas que financiam ou investem garantem práticas de recrutamento justas e não discriminatórias. Também não prevê diretrizes para incentivar ou exigir que essas empresas implementem um limite máximo de horas de trabalho, o que compromete o compromisso com condições laborais adequadas<sup>12</sup>.

**Armas:** O banco zera a pontuação no tema por não possuir uma política restritiva específica para o setor de armas. Em sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática o banco argumenta ter impeditivos para a produção de material bélico pesado, no entanto, o tema exige compromissos explícitos de exclusão acerca do investimento e financiamento na produção, desenvolvimento e comercialização, de munições cluster, minas terrestres, armas nucleares, químicas e biológicas.

**Transparência e prestação de contas:** Além de não divulgar sua política de voto ou um guia que oriente como deve se posicionar em questões socioambientais e climáticas relacionadas aos seus investimentos próprios, o banco, apesar de ter um canal de denúncias aberto, não recebe denúncias de indivíduos e comunidades afetadas pelos seus investimentos e financiamento, não publica de que forma as denúncias de não-clientes são tratadas, e não indica instituições não-judiciais para receber denúncias de comunidades afetadas pelas empresas financiadas e investidas por ele.

---

12 A metodologia considera que condições de trabalho adequadas integram a não-discriminação de qualquer natureza dos funcionários, a liberdade de associação a sindicatos e organizações, o recebimento de um salário digno com um máximo de 48 horas semanais trabalhadas, eliminação do trabalho forçado, políticas de segurança e saúde que protejam os funcionários, e garantia de acesso a recursos que permitam reclamações que deverão ser analisadas.



## BTG PACTUAL

Nesta avaliação o Banco BTG ocupa a 7ª posição no ranking geral, saindo do último lugar obtido na avaliação anterior. Sua nota se consolida em 2,5 pontos, com uma diminuição de 0,6 em relação a 2022. Apesar da diminuição de nota, o banco foi o primeiro e único a pontuar em Bem-estar animal, desde que o tema foi incluído em 2022.

Tema	BTG Pactual
Inclusão Financeira	6,1
Direitos Trabalhistas	4,7
Corrupção	4,6
Proteção ao Consumidor	4,5
Direitos Humanos	4,4
Meio Ambiente	4,4
Igualdade de Gênero	2,6
Florestas	2,4
Transparência e Prestação de Contas	2,4
Remuneração	2,2
Bem-estar animal	1,4
Óleo e Gás	1,3
Mudanças Climáticas	1,2
Impostos	1,2
Mineração	1
Geração de energia	0,7
Alimentos	0,5
Armas	0
<b>Média final do banco</b>	<b>2,5</b>

## DESTAQUES POSITIVOS

**Bem-estar animal:** O banco foi o primeiro e único a pontuar no tema desde 2022, quando passamos a avaliá-lo. Ainda que a nota não seja expressiva - 1,4 pontos -, é um avanço que merece ser destacado. A pontuação se tornou possível porque, em sua política setorial de frigoríficos e matadouros, o banco se compromete a avaliar as práticas de manejo responsável do animal: instalações e dieta apropriada, redução do estresse, condições higiênicas e prevenção de doenças.

**Inclusão financeira:** Diferentemente do último ano, o banco disponibiliza informações acerca do tempo de processamento de crédito, além de permitir transferências via aplicativo sem pagamento de taxas.

## DESTAQUES NEGATIVOS

**Mudanças climáticas:** A queda na pontuação se deve ao fato de a instituição não ser neutra em emissões de carbono e por não estabelecer metas mensuráveis para a redução dessas emissões nos próximos anos. Além disso, faltam compromissos explícitos que exijam que as empresas financiadas e investidas publiquem suas emissões de gases de efeito estufa (GEE), o que compromete a transparência e o alinhamento com práticas sustentáveis.

**Florestas:** O banco não possui políticas explícitas que exijam que operadores de fábricas de papel e celulose por ele financiadas restrinjam o uso de produtos químicos para prevenir a poluição do solo, da água e do ar. Além disso, não existem diretrizes que impeçam empresas de causar impactos negativos em áreas de alto carbono, como florestas, e não há incentivo a prevenção de uso de madeira ilegal em sua carteira de investimento.

# CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

A Caixa obteve uma nota geral de 2,9 e ficou na quinta posição. O banco também apresentou queda na nota em relação ao último ano, quando obteve média geral de 3,4. Apesar de ter atualizado alguns de seus documentos, os Guias de Boas Práticas permanecem os mesmos desde 2016.

Tema	Caixa Econômica
Proteção ao Consumidor	8,7
Inclusão Financeira	7,9
Direitos Trabalhistas	4,5
Direitos Humanos	4,4
Corrupção	3,8
Meio Ambiente	3,3
Remuneração	3,3
Transparência e Prestação de Contas	3,3
Igualdade de Gênero	3
Impostos	2,4
Florestas	2,2
Mudanças Climáticas	1,4
Alimentos	1,2
Óleo e Gás	1,2
Mineração	0,9
Geração de energia	0,7
Bem-estar animal	0
Armas	0
<b>Média final do banco</b>	<b>2,9</b>

## DESTAQUES POSITIVOS

**Geral:** Apesar da queda da nota, o banco conseguiu subir no ranking geral da sexta para a quinta posição. Isso ocorreu porque, apesar de pouco expressivas, o banco teve melhora da nota em 5 elementos operacionais e transversais: Mudanças climáticas, Direitos humanos, Proteção ao consumidor, Inclusão financeira e Remuneração.

**Proteção ao consumidor:** a Caixa adotou uma política por meio da qual se compromete a se comunicar de maneira clara e justa com seus consumidores, e oferecer produtos considerando suas particularidades e vulnerabilidades.

## DESTAQUES NEGATIVOS

**Corrupção:** o banco perde pontos pois, ao contrário da avaliação passada, não publica qualquer informação sobre suas práticas de lobby em debates sobre leis e regulamentações.



## ITAÚ UNIBANCO

O banco passou da segunda para a terceira posição no comparativo com a avaliação de 2022. Se na última avaliação atingiu 4,1 pontos, agora a sua nota é 3,6.

Tema	Itaú Unibanco
Proteção ao Consumidor	9,2
Inclusão Financeira	7,1
Direitos Trabalhistas	5,5
Corrupção	5,4
Direitos Humanos	4,8
Remuneração	4,7
Mudanças Climáticas	4,6
Transparência e Prestação de Contas	4,6
Meio Ambiente	4,1
Igualdade de Gênero	3,8
Geração de energia	3,4
Óleo e Gás	2,7
Florestas	1,9
Impostos	1,8
Mineração	1,8
Bem-estar animal	0
Armas	0
Alimentos	0
<b>Média final do banco</b>	<b>3,6</b>

## DESTAQUES POSITIVOS

**Mudanças climáticas:** Pela primeira vez o banco publicou a intensidade das emissões de gases do efeito estufa relacionadas aos seus investimentos. Apesar de não serem divulgadas as emissões absolutas, consideramos um passo importante em direção a um maior detalhamento. A instituição também é uma das únicas a publicar um relatório climático com o impacto da sua carteira de crédito e investimento para o clima, baseado na Task-Force<sup>13</sup>. Além disso, o banco apresenta uma estratégia de desinvestimento no setor de carvão mineral, térmico e para geração de energia.

**Remuneração:** Neste tema operacional que trata exclusivamente das ações e operações interna do banco, o Itaú adotou uma política de remuneração que permitiu novas pontuações ao, por exemplo, mostrar que o bônus recebido pelo conselho administrativo não passa de 100% de seu salário fixo anual, e que 70% da renda variável recebida pelos diretores executivos e membros do conselho de administração é pautada em objetivos a longo prazo. Também pontuou por existirem metas de bônus alinhadas à estratégia de sustentabilidade do banco.

13 A Task Force on Climate-related Financial Disclosures, ou TCFD, é uma organização global que desenvolve recomendações acerca das divulgações de empresas e instituições financeiras sobre riscos climáticos. Saiba mais em: <https://www.fsb-tcfid.org/>

## DESTAQUES NEGATIVOS

**Direitos humanos:** O banco não estabelece diretrizes claras para garantir que as empresas financiadas e investidas por ele respeitem o direito ao Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLIP) de povos indígenas e comunidades tradicionais. Além disso, suas políticas não abrangem o respeito aos direitos das pessoas com deficiência, nem proíbem assentamentos ou atividades econômicas em territórios ocupados por povos originários.

**Armas:** Neste tema o banco perdeu pontos em relação a 2022, pois sua Política de Prevenção a Atos Ilícitos não afirma de maneira explícita que o desenvolvimento e produção de armas em destruição em massa (nucleares, químicas e biológicas) estão excluídas dos financiamentos.





# SAFRA

O Banco Safra obteve nota média de 2,4, uma queda de 1,0 pontos em comparação à edição passada. Além disso, passa a ocupar a última posição no ranking geral. A instituição não teve mudanças em sua nota de bem-estar animal, que continua zerada, mas obteve uma melhora de 0,3 pontos no tema de Transparência e prestação de contas. No entanto, perdeu notas em todos os outros temas.

Tema	Safra
Armas	9,3
Proteção ao Consumidor	8,4
Inclusão Financeira	6,4
Corrupção	4,6
Direitos Humanos	3,6
Direitos Trabalhistas	2,5
Igualdade de Gênero	2,3
Transparência e Prestação de Contas	2,1
Florestas	1,5
Impostos	1,2
Mudanças Climáticas	0,6
Remuneração	0,5
Meio Ambiente	0,4
Mineração	0,3
Bem-estar animal	0
Alimentos	0
Óleo e Gás	0
Geração de energia	0
<b>Média final do banco</b>	<b>2,4</b>

## DESTAQUES POSITIVOS

**Transparência e prestação de contas:** A melhora da nota se deve, principalmente, pela adesão do banco aos critérios GRI de sustentabilidade<sup>14</sup>.

## DESTAQUES NEGATIVOS

**Direitos humanos:** O banco perde pontuação, por não apresentar nenhuma previsão de respeito aos direitos humanos em relação às empresas investidas, embora esses compromissos existam para as empresas financiadas. Além disso, não há previsão de que as empresas financiadas ou investidas remediem violações de direitos fundamentais.

**Direitos Trabalhistas:** A nota do banco diminui com a falta de políticas que exijam das empresas financiadas e investidas que garantam a seus funcionários a livre associação. O banco também não desaprova a discriminação em razão da ocupação laboral em seus financiamentos e investimentos, ou garante que as empresas apliquem um máximo de horas trabalhadas.

14 As Normas da Global Reporting Initiative (GRI) apresentam boas práticas com foco em divulgação pública para organizações sobre os seus impactos sociais, ambientais e climáticos. Saiba mais em: [GRI Standards Portuguese Translations](#).

## SANTANDER

O Santander ocupa a quarta posição no ranking geral, marcando uma queda consecutiva que já havia ocorrido em 2022, quando passou da 2ª para a 3ª posição. Nesta avaliação, o banco obteve 3,3 pontos, 0,6 a menos em comparação à análise anterior. A instituição melhorou sua nota de forma bastante tímida em 3 temas, e perdeu pontos em 13. O Santander é o único banco internacional no ranking, e, por conta dessa característica, foram avaliados os documentos do grupo Santander, que estabelecem diretrizes aplicadas a todas as suas unidades globais.

Temas	Santander
Proteção ao Consumidor	8,2
Inclusão Financeira	7,1
Direitos Trabalhistas	5,2
Mudanças Climáticas	4,1
Meio Ambiente	3,9
Corrupção	3,8
Direitos Humanos	3,8
Mineração	3,2
Igualdade de Gênero	3,1
Transparência e Prestação de Contas	3,0
Impostos	2,9
Óleo e Gás	2,8
Armas	2,7
Geração de energia	2,4
Florestas	2,0
Remuneração	1,7
Bem-estar animal	0
Alimentos	0
<b>Média final do banco</b>	<b>3,3</b>



## DESTAQUES POSITIVOS

**Mudanças climáticas:** O Santander obteve novos pontos em relação às restrições de crédito para a mineração de carvão térmico. O banco também adota uma estratégia de “*phase-out*”<sup>15</sup> dos financiamentos relacionados ao carvão, alinhada com a iniciativa NetZero, além de declarar que exclui novos financiamentos a empresas envolvidas na exploração e produção de petróleo, bem como na extração de petróleo e gás de areias betuminosas.

**Armas:** A pontuação apresentou uma leve melhora devido à política internacional do grupo no setor de defesa, que não permite financiamentos de clientes ou países que possuem embargos de armas ou sanções impostas pelas Nações Unidas.

**Proteção ao consumidor:** O banco teve pequeno aumento de nota por adotar uma política que não permite a venda casada de produtos e serviços a seus clientes.

---

<sup>15</sup> As estratégias de “*phase-out*” são uma descrição de um processo para retirar recursos de determinada atividade ou projeto. No GBR, são requisitados os processos referentes, principalmente, ao desinvestimento em combustíveis e fontes de energia fósseis.

## DESTAQUES NEGATIVOS

**Corrupção:** O banco ocupa a última posição no ranking geral ao lado da Caixa. A perda de pontos neste elemento é evidenciada pela falta de verificação e adoção de medidas cautelares extras para clientes considerados pessoas politicamente expostas. O banco perde 1 ponto em comparação à nota de 2022.

**Óleo e gás:** O banco perde pontos pois nem em suas políticas internacionais informam medidas de exclusão ao financiamento e investimento em empresas ativas em extração de petróleo de xisto betuminoso, gás de xisto, ou perfuração de petróleo e gás no Ártico.

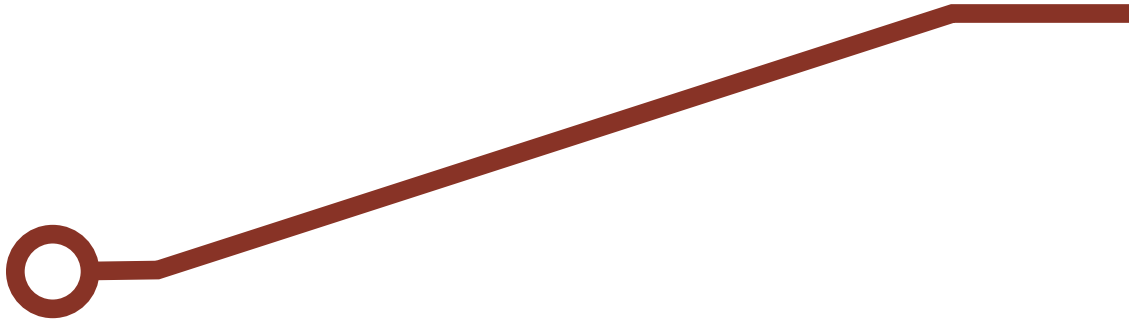


## 4.3 Resultado por tema

Sobretudo em razão da retirada dos pontos automáticos por legislação, a média geral dos bancos caiu em 0,5 pontos com relação à última edição do GBR, baixando para 3,3.

Assim como nas edições anteriores, o desempenho das instituições financeiras em relação aos temas avaliados é bastante diversificado: em alguns casos a pontuação é extremamente baixa, enquanto em outros as notas atingem patamares razoáveis.

De maneira geral, observamos que os temas operacionais, que se referem às ações internas do banco, e aqueles relacionados à conformidade, como os trabalhistas e de direitos humanos, recebem notas mais altas. Isso se deve, sobretudo, às consequências legais que podem ser impostas caso não sejam respeitados e garantidos os direitos sociais previstos em lei, que devem ser explicitados também nas políticas dos ban-

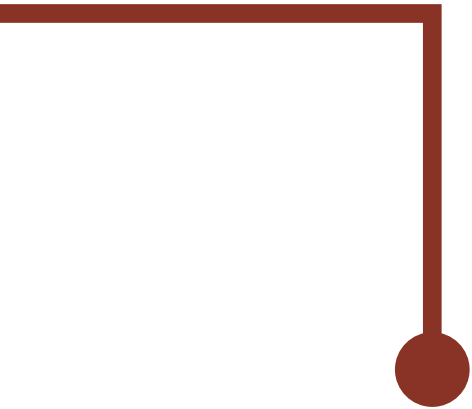


cos. Os temas setoriais possuem políticas que dizem respeito a uma parte limitada e específica dos investimentos de uma instituição financeira, focando em temas prejudiciais à saúde do planeta como as atividades de extração e mineração.

No entanto, mais de 70% dos temas ainda estão nas faixas vermelha e roxa, com notas variando de 0 a 4 pontos, o que indica que as instituições financeiras precisam implementar medidas urgentes para melhorar suas políticas.

Com relação à avaliação anterior, apenas seis temas apresentaram melhorias significativas em suas médias: Proteção ao Consumidor, Igualdade de Gênero, Mudanças Climáticas, Remuneração, Armas e Bem-Estar Animal.

A seguir é possível conferir a nota de cada um dos temas.



Ranking dos Temas			Varição	2022
Inclusão Financeira	7,4	1º	-0,08	7,5
Proteção ao Consumidor	7,4	2º	0,42	7,0
Corrupção	5,0	3º	-0,21	5,3
Direitos Trabalhistas	4,9	4º	-1,11	6,0
Direitos Humanos	4,8	5º	-0,14	5,0
Igualdade de Gênero	3,8	6º	0,26	3,5
Transparência e Prestação de Contas	3,5	7º	-0,67	4,2
Meio Ambiente	3,5	8º	-1,75	5,3
Mudanças Climáticas	3,0	9º	0,55	2,4
Remuneração	2,9	10º	0,51	2,4
Florestas	2,4	11º	-1,02	3,4
Armas	2,3	12º	0,31	2,0
Mineração	2,1	13º	-1,31	3,4
Óleo e Gás	2,0	14º	-1,27	3,3
Geração de energia	2,0	15º	-1,08	3,1
Impostos	2,0	16º	-0,20	2,2
Alimentos	0,7	17º	-2,30	3,0
Bem-estar animal	0,2	18º	0,18	0,0
<b>Média</b>	<b>3,3</b>		<b>-0,5</b>	<b>3,8</b>

Os temas de Inclusão Financeira e Proteção ao Consumidor mantiveram suas posições, 1º e 2º lugar, respectivamente. Suas notas estão praticamente empatadas, a diferença de posição se dá por 0,001 pontos. O tema de Direitos Trabalhistas caiu do terceiro para o quarto lugar, e passou a compor as notas da faixa laranja. A avaliação de Alimentos sofreu a maior variação, com mais de 2 pontos de diferença em relação à avaliação passada. O tema de Meio Ambiente foi bastante afetado pela retirada dos pontos de legislação, evidenciando que os bancos não possuem políticas próprias sobre questões importantes relacionadas à natureza: 5ª para a 8ª posição.



Apesar de 67% das notas terem diminuído, pela primeira vez nenhum tema zerou a nota, graças à primeira pontuação em Bem-Estar Animal. Ainda que pequena, a melhora demonstra os primeiros passos na implementação de políticas voltadas à garantia do bem-estar animal.

Já o tema de Mudanças Climáticas, apesar de se manter na faixa vermelha, subiu da 14ª para a 9ª posição. A melhoria na nota se justifica pela inclusão de treze novos elementos sobre combustíveis fósseis na metodologia de pesquisa, elementos esses que já estavam contemplados nas políticas dos bancos brasileiros, e que envolvem a descontinuidade do financiamento à empresas envolvidas no desenvolvimento de novos projetos de minas de carvão térmico, energia gerada a carvão, e atividades de mineração de carvão, extração de petróleo e gás não convencionais e geração de energia através dessas fontes. Ainda assim, os bancos avaliados não aplicam essas políticas aos seus investimentos.

O tema de Armas também subiu da 17ª para a 12ª posição. De forma demasiada lenta, especialmente considerando a recente multiplicação de focos de conflitos internacionais, metade dos bancos avaliados têm desenvolvido alguma política sobre desenvolvimento e comércio de armas, o que é positivo, mas precisa ser acelerado e ganhar adesão dos demais bancos.





## BEM-ESTAR ANIMAL

O tema transversal de Bem-Estar Animal foi o último colocado no ranking, apesar de ter saído da nota zero. O tema avalia, entre outras coisas, se as políticas de investimento e financiamento das instituições financeiras possuem diretrizes que levam em conta a proteção aos animais silvestres e o tratamento adequado aos animais de produção. Os bancos são avaliados quanto aos seus compromissos para com os animais nas indústrias de pecuária, de pele e couro, cosmética e de entretenimento.

Bem-estar animal		
Banco	2024	2022
BTG Pactual	1,4	0
Banco do Brasil	0	0
BNDES	0	0
Bradesco	0	0
Caixa Econômica	0	0
Itaú Unibanco	0	0
Safra	0	0
Santander	0	0
<b>Média</b>	<b>0,2</b>	<b>0</b>

- O BTG foi o único banco a pontuar, ainda que a nota seja muito baixa: 1,4. Em sua política setorial voltada à frigoríficos e matadouros, o banco se compromete a avaliar as práticas de manejo responsável do animal, como instalações e dieta apropriada, redução do estresse, condições higiênicas e prevenção de doenças, no entanto a redação do texto é flexível quanto à consideração destes aspectos na diligência socioambiental. Estes critérios vão ao encontro dos 5 domínios do Bem-Estar Animal, um padrão internacionalmente reconhecido para a saúde e o bem-estar que leva em consideração as experiências positivas e negativas que afetam o estado mental e físico de animais. Contudo, ainda faltam políticas que limitem explicitamente a duração do transporte de animais ou que garantam os direitos dos animais nas indústrias têxteis e de cosméticos.
- O Safra considera o bem-estar animal em sua análise de risco, abordando questões como rastreabilidade, alimentação, transporte e abate. No entanto, não recebeu pontuação, pois sua política não menciona todos os princípios dos 5 domínios nem deixa claro que essas práticas são exigidas ou esperadas das empresas.
- O Itaú afirma em seu relatório que o Bem-Estar Animal é um tema considerado e monitorado pela Itaú Asset Management. Contudo, não dá detalhes de quais são os princípios avaliados, e por isso não pôde pontuar.

# MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O tema de mudanças climáticas avalia a pegada de carbono das instituições financeiras e a capacidade de seus portfólios se adequarem ao cenário de 1,5°C, conforme acordado internacionalmente.<sup>16</sup> Também analisa as estratégias de transição para uma economia de baixo carbono, incluindo a substituição de combustíveis fósseis por fontes de energia renováveis. Além disso, o tema examina se os bancos incentivam as empresas nas quais investem e financiam a medir, divulgar e reduzir suas emissões, e sua capacidade de eliminar gradualmente o financiamento e os investimentos em atividades com emissões de GEE inaceitavelmente altas.

Mudanças Climáticas		
Banco	2024	2022
Banco do Brasil	5,1	2,3
Itaú Unibanco	4,6	4,2
Santander	4,1	3,8
BNDES	3,6	2,8
Bradesco	3,2	2,9
Caixa Econômica	1,4	1,2
BTG Pactual	1,2	1,7
Safra	0,6	0,6
<b>Média</b>	<b>3,0</b>	<b>2,4</b>

16 O Acordo de Paris firmado entre líderes mundiais prometia tentar limitar o aumento da temperatura global a longo prazo a 1,5 °C em comparação com os níveis pré-industriais. Saiba mais: [Acordo de Paris](#).

- Com exceção do BTG e do Safra, todos os bancos aumentaram as suas notas no tema de mudanças climáticas. O elemento tornou-se mais rigoroso ao incluir critérios relacionados ao financiamento e investimento em empreendimentos que utilizam combustíveis fósseis. No entanto, como os bancos brasileiros já incorporaram esses princípios em suas políticas, a maioria conseguiu aumentar suas pontuações.
- Banco do Brasil, BNDES, Bradesco, Itaú e Santander apresentam políticas de exclusão e estratégias de phase out gradual de financiamentos a projetos e empresas que fazem mineração, exploração e desenvolvimento de minas de carvão mineral, térmico, energia gerada a carvão, extração de petróleo e gás não convencional.
- Todos os bancos avaliados, com exceção do Itaú e Banco do Brasil, aplicam essas políticas apenas para seus financiamentos, enquanto o BB e o Itaú aplicam políticas restritivas para seus investimentos próprios no setor de carvão mineral e térmico.
- A emergência climática é um assunto urgente e que ameaça todas as formas de vida. Ainda assim, até hoje os bancos Safra e BTG não instituíram metas de redução de emissões próprias em conformidade com o limite de aumento da temperatura global em 1.5°C. Além disso, não fazem a publicação do inventário das emissões de gases do efeito estufa de suas carteiras de crédito e investimento. Somado a tudo isso, tanto esses dois bancos quanto a Caixa Federal, não possuem estratégias de phase-out, ou seja, de desinvestimento, para a mineração, exploração de carvão mineral, térmico, petróleo e gás.



## CORRUPÇÃO

Os elementos avaliados no tema Corrupção permanecem os mesmos, com a adição de um sobre a exclusão do financiamento de campanhas e pessoas políticas. Apesar da média geral ter caído, subiu do 4º para o 3º lugar, sobretudo em razão da queda na pontuação do tema Direitos Trabalhistas. Aqui, são avaliadas as políticas que dizem respeito às práticas dos próprios bancos e as diretrizes que aplicam às empresas nas quais investem ou financiam. É esperado que exista uma política clara para ambos que proíba a lavagem de dinheiro e qualquer forma de suborno, além de exigir transparência sobre a participação das instituições em interações com o governo.

Corrupção		
Banco	2024	2022
BNDES	7,4	7,1
Itaú Unibanco	5,4	5,6
Banco do Brasil	5,4	4,9
Bradesco	5,4	5,8
BTG Pactual	4,6	4,6
Safra	4,6	5,3
Caixa Econômica	3,8	4,6
Santander	3,8	4,2
<b>Média</b>	<b>5,0</b>	<b>5,3</b>

- Em análise geral todos os bancos deixam a desejar nas políticas anticorrupção e lavagem de dinheiro exigidas de seus financiamentos e investimentos. Esta é uma prática comum a todos os bancos, com exceção ao BNDES.
- O BNDES aplica algumas, mas não todas, medidas requeridas pela metodologia aplicada. O banco adota cláusulas contratuais com seus parceiros de financiamento e investimento que proíbem atos de corrupção, exigindo que qualquer irregularidade identificada seja prontamente comunicada à instituição.
- O Banco Santander e a Caixa ocupam as últimas posições no ranking deste tema. A perda de pontos é atribuída à falta de verificação e de medidas cautelares adicionais para clientes considerados politicamente expostos, no caso do Santander, e à ausência de transparência nas práticas de lobby por parte da Caixa.

## IGUALDADE DE GÊNERO

O tema 'Igualdade de Gênero' avalia as políticas dos bancos em relação à inclusão de mulheres no quadro funcional da instituição e nas empresas que financiam ou investem, bem como os compromissos assumidos no combate às diversas formas de discriminação, incluindo treinamentos para mitigar a discriminação de gênero. Espera-se que a instituição financeira adote uma postura ativa na promoção da equidade salarial e no desenvolvimento profissional de mulheres, apoiando-as em seus empreendimentos, tanto nas suas próprias operações quanto nas empresas que financia.

Igualdade de Gênero		
Banco	2024	2022
BNDES	7,5	6
Banco do Brasil	4,1	3,6
Itaú Unibanco	3,8	3,6
Bradesco	3,7	3,9
Santander	3,1	2,7
Caixa Econômica	3,0	2,9
BTG Pactual	2,6	2,7
Safra	2,3	2,6
<b>Média</b>	<b>3,8</b>	<b>3,5</b>

- Com exceção do Bradesco, do Safra e do BTG, todos os bancos apresentaram melhora em suas notas. O tema avançou da 8ª para a 6ª posição, com um aumento de 0,26. Embora tenha havido progresso na maioria das avaliações, as pontuações ainda são baixas, refletindo a ausência de políticas que exijam das empresas financiadas e investidas compromissos mais robustos contra a discriminação.
- Internamente, todos os bancos implementam uma política de tolerância zero à violência de gênero, incluindo assédio físico, verbal e sexual. Contudo, apenas o BB, BNDES e Bradesco estendem essa política às empresas que financiam ou nas quais investem.
- O BNDES exige cláusulas contratuais que proíbem assédio moral, sexual e discriminação de raça ou gênero, enquanto o BB possui uma cláusula que permite a rescisão antecipada em casos de discriminação racial ou de gênero.

- Mulheres em cargos de alta gestão: apenas o BNDES e o Santander alcançam a margem mínima de 30%. O BNDES atinge esse percentual nos níveis de cargos executivos e na gerência sênior, enquanto o Santander o obtém no Conselho de Administração e na gerência sênior. Nenhum dos outros bancos conseguiu atingir essa meta. Embora nem todos os bancos tenham alcançado o percentual mínimo, o BB, Santander, Bradesco, Caixa, Itaú e BTG implementam estratégias voltadas para o desenvolvimento profissional das mulheres que trabalham na instituição.
- Crédito para mulheres: apenas Itaú, Banco do Brasil, BNDES, e Santander publicam quanto de sua carteira de crédito é destinada para apoiar Pequenas e Médias empresas lideradas por mulheres.



## **Igualdade para além do Gênero: Análise Interseccional entre Raça, Deficiência e Outros Grupos Minoritários nas políticas dos bancos**

A discussão sobre igualdade de gênero no Brasil é multifacetada, exigindo uma análise interseccional que considere a interação entre gênero, raça, deficiência física e outras identidades sociais. Essa abordagem permite compreender como diferentes formas de opressão se entrelaçam, criando barreiras únicas para diversos grupos. No contexto brasileiro, onde a diversidade é uma característica marcante, é crucial que as instituições, incluindo os bancos, reportem dados que informem a sociedade sobre essa realidade e adotem medidas para combatê-la.

A interseccionalidade destaca experiências de discriminação que não podem ser compreendidas isoladamente. No Brasil, a interseccionalidade é especialmente relevante dado o histórico de desigualdade racial e social que permeia a sociedade. Muitas pessoas com deficiência enfrentam múltiplas formas de discriminação, que podem incluir estigmas relacionados à sua condição física e à sua raça, agravando as desigualdades existentes.



## Relatórios de Diversidade nos Bancos Brasileiros

Nos últimos anos, os bancos brasileiros têm se empenhado em adotar práticas de responsabilidade social e ambiental (ESG), incluindo a publicação de dados sobre a diversidade em suas equipes. Esses relatórios são fundamentais para entender como as instituições financeiras estão se posicionando em relação à igualdade de gênero e à inclusão de minorias sociais.

### ITAÚ UNIBANCO

O Itaú tem implementado políticas voltadas para a diversidade e inclusão. De acordo com o relatório ESG de 2023, a instituição reportou que 27,5% de colaboradores são negros e que até 2025 pretendem aumentar a presença negra para 30% de seu quadro de funcionários. O banco ainda tem trabalho pela frente uma vez que mais de 40% desses contratados estão em cargos de entrada e apenas 2,3% em cargos de gestão sênior. Em relação a mulheres negras, apenas 9% estão em cargos de gestão e não há evidência do nível hierárquico. Dos 4.250 colaboradores com deficiência, apenas um se encontra em cargo de gestão sênior.

### BANCO DO BRASIL

O Banco do Brasil também apresenta dados em seu relatório. Aproximadamente 25,7% de seus colaboradores são negros e 2,59% são pessoas com deficiência (PCD). Tratando-se de cargos de chefia, pretos, pardos e indígenas ocupam 25,07%, enquanto PCDs ocupam 1,4%. O banco tem iniciativas específicas para promover a inclusão dessas minorias, como a Mentoria Para Lideranças Negras.

### BNDES

No BNDES, apenas 14,7% dos funcionários concursados são pessoas pretas, pardas e indígenas, e de todo o corpo funcional - concursados e transitórios - apenas 1,6% são PCD. No Conselho de Administração, o mais alto grau de governança, a instituição afirma ter uma pessoa autodeclarada parda. A instituição tem se comprometido a aumentar esses números, por meio da contratação de novos funcionários, no novo concurso o Banco irá reservar 30% dessas vagas para candidatos(as) negros(as) e pelo menos 10% para pessoas com deficiência (PCD).



### **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

A Caixa possui 27,12% de seu corpo funcional composto por pretos, pardos e indígenas. Do percentual de indivíduos que integram os órgãos de governança, 18,1% são pretos, pardos e indígenas - os últimos correspondem a 0,0%. Os funcionários PCD representam 4,98% dos funcionários e apenas 2,1% nos órgãos de governança da Caixa. A instituição tem promovido o Programa Diversidade e Inclusão com campanhas para aumentar a conscientização sobre a diversidade.

### **SANTANDER BRASIL**

O Santander apresenta uma composição de 35,4% de funcionários negros na organização e pretende alcançar a margem de 40% até 2027. Os PCD são 3,9% do quadro geral. Não há informações sobre cargos. A instituição tem investido em workshops sobre diversidade e inclusão para todos os colaboradores.

### **BANCO SAFRA**

O Banco Safra relatou que 21,2% de seus colaboradores são negros e não foram encontradas informações em seu relatório ESG sobre PCDs. A instituição afirma que está em processo de revisão de suas políticas internas para fomentar a diversidade.

### **BTG PACTUAL**

O BTG Pactual, um dos principais bancos de investimento do país, indicou que 14,7% são pretos e pardos, uma queda em comparação aos 17,7% de 2022, por mais que o número de contratados tenha aumentado. A porcentagem de pessoas indígenas é de 0,2%, com número menor de funcionários que no ano de 2022, eram 16 e em 2023 são 11. Não foram encontradas informações mensuráveis sobre a presença de PCDs em seu quadro funcional. O banco tem trabalhado para incentivar pessoas com deficiência no mercado de tecnologia com bolsas de estudos.

## BRADESCO

O Bradesco relatou que 29% de seus funcionários são negros - deste apenas 0,01% compoem a Diretoria e Conselho de Administração. Apenas 0,15% do quadro total são indígenas e nenhum ocupa os altos cargos. Somente 5% dos colaboradores são PCD. O banco desenvolve programas para aprimorar a aceleração de carreira de jovens negros e negras, por meio de mentoria on-line, em parceria com a Univesidade Zumbi dos Palmares, e desenvolve cartilhas de letramento racial.

\*\*\*

O Itaú é o único banco a publicar as diferenças da composição de seus cargos levando em consideração a intersecção entre gênero e raça, o que propicia o reconhecimento das dificuldades enfrentadas pelos grupos socialmente minoritários, e principalmente aqueles indivíduos pertencentes a mais de um grupo, evidenciando a sua falta de representativos e influência nas instâncias de maior poder no país. Para que a igualdade de gênero seja verdadeiramente alcançada, é fundamental que continuemos a pressionar por políticas que considerem as múltiplas dimensões da desigualdade, garantindo que todos os grupos minoritários tenham voz e representação nas esferas econômicas e sociais do país.





## DIREITOS HUMANOS

Dos 15 elementos avaliados neste tema, 13 se concentram nas exigências que os bancos impõem às empresas financiadas e investidas em relação ao cumprimento dos direitos humanos. O tema ocupa o 5º lugar no ranking, avançando uma colocação em relação à última avaliação.

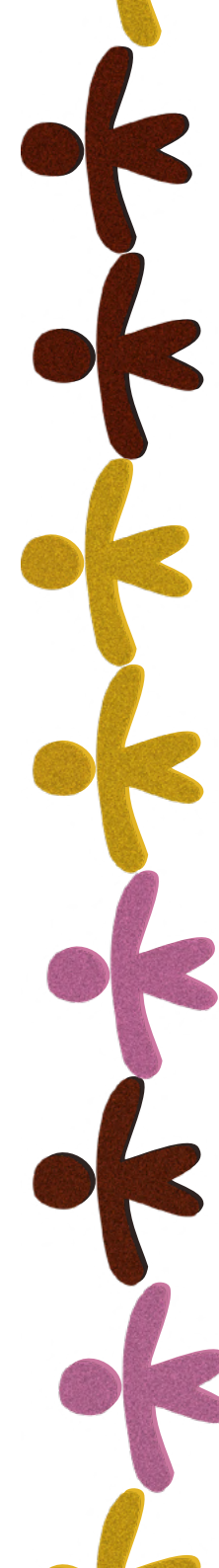
Este tema avalia, por exemplo, o respeito à identificação, prevenção e mitigação dos impactos negativos que atividades e projetos podem gerar nos direitos humanos. Também há consideração a direitos humanos específicos, como os direitos indígenas e a aplicação de Consulta Livre, Prévia e Informada, além de direitos das crianças e adolescentes.

Direitos Humanos		
Banco	2024	2022
BNDES	6,2	5,1
Banco do Brasil	5,8	5,9
Bradesco	5,6	4,7
Itaú Unibanco	4,8	6,1
BTG Pactual	4,4	4,3
Caixa Econômica	4,4	4,3
Santander	3,8	4,2
Safra	3,6	5,1
<b>Média</b>	<b>4,8</b>	<b>5,0</b>



- Embora todos os bancos tenham políticas sobre direitos humanos, elas geralmente não abrangem seus investimentos. Frequentemente, apenas os financiamentos estão sujeitos a regras.
- A Caixa não inclui em sua política interna nenhum compromisso com o respeito aos direitos humanos conforme os critérios estabelecidos pelas Nações Unidas.
- Itaú, Santander e Caixa são os únicos bancos que não explicitam em suas políticas a exigência de respeito aos direitos dos povos indígenas pelas empresas por eles investidas ou financiadas, para além dos compromissos automaticamente reconhecidos por assinarem os padrões de desempenho em sustentabilidade da Corporação Financeira Internacional (IFC, em inglês).

- O Consentimento Livre, Prévio e Informado é uma ferramenta fundamental para a preservação do direito à terra dos povos originários, permitindo que exerçam sua autodeterminação em relação a decisões governamentais ou empresariais que afetam seus territórios, de acordo com seus usos, costumes e tradições. Entre os bancos avaliados, apenas o Banco do Brasil e o BTG possuem políticas que garantem a consulta em seus financiamentos, sem mencionar suas práticas de investimento. O BTG aplica essa política apenas a clientes envolvidos na produção de grãos. Os demais bancos recebem pontuação apenas por assinarem os padrões de desempenho da IFC, enquanto o BNDES, por não ser signatário, não pontua em nenhuma área.
- Outro aspecto importante deste tema é a garantia dos direitos da criança. Com frequência, os bancos se limitam a declarar sua oposição ao trabalho infantil. No entanto, é fundamental que adotem uma abordagem mais abrangente, respeitando os direitos das crianças de forma não discriminatória e implementando medidas para mitigar e remediar violações, além de evitar qualquer forma de exploração. Nesse contexto, apenas o Itaú, a Caixa e o Safra mencionam explicitamente questões além do trabalho infantil, como a exploração sexual e as condições insalubres de trabalho para menores.



## DIREITOS TRABALHISTAS

O tema 'Direitos Trabalhistas' analisa as políticas dos bancos voltadas para garantir os direitos dos trabalhadores nas empresas em que investem ou às quais concedem empréstimos, incluindo as subcontratadas e as da cadeia de suprimentos. Também é avaliada a exigência de que essas empresas cumpram a legislação trabalhista, especialmente em casos de violações.

Direitos Trabalhistas		
Banco	2024	2022
BNDES	6,5	7,2
Itaú Unibanco	5,5	5,9
Bradesco	5,5	7,3
Santander	5,2	5,6
Banco do Brasil	5,0	6
BTG Pactual	4,7	5,6
Caixa Econômica	4,5	5,6
Safra	2,5	5,1
<b>Média</b>	<b>4,9</b>	<b>6,0</b>

- Embora os trabalhadores formais brasileiros tenham seus direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os bancos não incluem em suas políticas exigências contratuais para as empresas que financiam ou investem. Isso abrange aspectos como a ampliação da licença-maternidade além do período mínimo previsto, a garantia de um salário digno, condições adequadas para trabalhadores remotos e o monitoramento das condições de trabalho dos fornecedores.
- Em relação às exigências feitas no tema para financiamentos e investimentos, o Banco Safra pontua apenas por não aceitar trabalho infantil e trabalho análogo ao escravo. No entanto, não há menções a limites máximos de horas trabalhadas, direitos de licença-maternidade com garantia de manutenção do emprego e salário após o período de afastamento. Também não há expectativas de que as empresas paguem um salário digno, que assegure um padrão de vida decente para os trabalhadores e suas famílias, cobrindo alimentação, água, moradia, educação, saúde, transporte, vestuário e outras necessidades essenciais.
- Nenhum dos outros bancos, com exceção do BNDES, apresentam essas exigências adicionais, para além de exigirem a proibição de trabalho infantil e compulsório. No entanto, recebem pontuação automaticamente em alguns elementos por serem signatários da IFC.
- Já o BNDES, embora não siga as recomendações da IFC nem possua políticas específicas para os elementos mencionados, adota medidas que exigem a inclusão de cláusulas sobre direitos trabalhistas nos contratos com subcontratados e fornecedores das empresas que financia.



## MEIO AMBIENTE

O tema 'Meio Ambiente' analisa as políticas de responsabilidade socioambiental dos bancos em relação a questões ambientais gerais, como fauna, flora, gestão de água e áreas de alto valor de conservação. Este ano, a avaliação foi ampliada para incluir os impactos na biodiversidade relacionados a setores de alto risco e impacto, como portos e serviços marítimos, produtos agrícolas, serviços aeroportuários, exploração e produção de petróleo e gás, mineração, armazenamento e transporte de petróleo e gás, perfuração e distribuição de petróleo e gás.

Meio Ambiente		
Banco	2024	2022
BNDES	5,0	7,3
BTG Pactual	4,4	5,1
Itaú Unibanco	4,1	5,2
Santander	3,9	5,6
Banco do Brasil	3,6	5,3
Bradesco	3,3	5,2
Caixa Econômica	3,3	5,2
Safra	0,4	3,1
<b>Média</b>	<b>3,5</b>	<b>5,3</b>

- Neste tema, todos os bancos perderam pontuação em comparação a 2022. Essa queda se deve principalmente à remoção dos pontos relacionados à legislação que cobriam a preservação de sítios patrimoniais da UNESCO, os impactos negativos em áreas protegidas classificadas nas categorias I-IV da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), áreas designadas como Sítios Ramsar, o comércio de organismos geneticamente modificados e a mitigação de danos em regiões com escassez hídrica.
- A maioria dos bancos recebe pontos automáticos por seguir as recomendações da IFC, com exceção do BNDES. O Santander, embora siga esses parâmetros, é um dos únicos bancos que possui políticas específicas contra o financiamento de empresas atuando em áreas designadas como Sítios Ramsar, Patrimônio Mundial ou pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). No entanto, o banco perdeu pontos em relação ao comércio e cultivo de organismos geneticamente modificados e na avaliação de impacto para as comunidades em regiões de escassez hídrica.
- O BTG, apesar de não pontuar nos elementos até então cobertos por legislação, foi o único banco sem políticas abrangentes que incluiu a avaliação da introdução de espécies invasoras em ecossistemas.
- O Safra, por não seguir os padrões da IFC nem possuir políticas ambientais próprias, ficou em último lugar na classificação.

## IMPOSTOS

Em “Impostos” esperamos que os bancos sejam transparentes quanto aos impostos que pagam, subsídios que recebem e o quanto faturam e lucram na maioria dos países em que operam, sobretudo para evitar que haja sonegação de impostos. Há também elementos de avaliação referentes à transparência sobre o pagamento de impostos nas empresas em que os bancos investem ou para as quais concedem crédito.

Impostos		
Banco	2024	2022
BNDES	3,3	3,9
Santander	2,9	2,9
Caixa Econômica	2,4	2,5
Itaú Unibanco	1,8	2,4
Bradesco	1,8	1,8
Banco do Brasil	1,2	0,9
BTG Pactual	1,2	1,5
Safra	1,2	1,5
<b>Média</b>	<b>2,0</b>	<b>2,2</b>

- O tema ocupa a terceira pior posição no ranking, refletindo a falta de compromisso dos bancos em exigir que as empresas sejam transparentes em relação ao pagamento de impostos, divulgação de receitas, lucros e subsídios recebidos de governos.
- A melhor pontuação foi obtida pelo BNDES, que se destaca por exigir em seus contratos de financiamento que os clientes notifiquem o banco caso seus fornecedores estejam envolvidos em infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária. No entanto, todos os demais elementos permanecem sem pontuação, tanto para o BNDES quanto para os demais bancos.
- O Banco do Brasil foi o único a apresentar melhora na nota desde a última avaliação, destacando-se por sua política contrária ao uso de instrumentos internacionais para a evasão ou sonegação fiscal.
- As notas baixas dos outros bancos refletem a falta de compromissos explícitos em suas políticas sobre as suas operações internas. O Itaú apresentou a maior queda, de 0,6 pontos, por não divulgar em suas demonstrações financeiras os ativos totais em cada um dos oito países em que opera, além do Brasil.
- Assim como na última avaliação, apenas o BNDES e a Caixa não possuem operações em paraísos fiscais, pontuando em um dos critérios avaliados.

## ARMAS

No tema 'Armas', os critérios de avaliação buscam assegurar que os bancos não financiem ou invistam em empresas associadas a armamentos condenados internacionalmente por seus impactos humanitários. Além disso, a avaliação considera se os bancos possuem políticas que impeçam as empresas envolvidas na produção de armas ou dispositivos militares — como armas de fogo, munições, aeronaves, tanques e sistemas tecnológicos — de venderem seus produtos a países que violam direitos humanos ou apresentam altos níveis de corrupção, entre outras características.

Armas		
Banco	2024	2022
Safra	9,3	9,3
BNDES	4,0	2,2
Santander	2,7	2,3
Banco do Brasil	2,2	0
Bradesco	0,0	0
BTG Pactual	0,0	0,7
Caixa Econômica	0,0	0
Itaú Unibanco	0,0	1,3
<b>Média</b>	<b>2,3</b>	<b>2,0</b>

- Apesar de estar na zona vermelha do ranking, o tema passou da 17ª para a 12ª colocação. O tema de armas é de extrema relevância para que se garanta a paz e segurança dos cidadãos e menor violência no país. Desde 1998, o Brasil é parte do Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) que visa promover o desarmamento nuclear, impedir a proliferação das armas nucleares e fomentar a cooperação no uso pacífico da energia nuclear. Além disso, desde 2021 está em vigor o Tratado sobre a Proibição das Armas Nucleares (TPAN), o qual o Brasil é signatário. Desde 1999 vigora no Brasil o Tratado de Banimento das Minas Terrestres e desde 2018 o Brasil é parte também do Tratado de Comércio de Armas que se aplica a todas as armas convencionais, demandando melhores análises de risco para sua exportação. Diante disso, espera-se que os bancos reflitam esses compromissos em suas políticas, excluindo esse setor de seus financiamentos e investimentos, alinhados ao posicionamento do país.



- O Safra mantém a melhor avaliação neste tema, alcançando a maior nota entre todos os temas avaliados, graças à adoção explícita de uma política de exclusão que proíbe o financiamento e investimento na produção e comercialização de munições, armas de destruição em massa e equipamentos militares para países sob embargo de armas pelas Nações Unidas. Nos elementos em que a maioria dos bancos não pontua e que tratam não apenas da produção de determinadas armas e sua comercialização, mas também sobre o potencial de risco do uso de armas convencionais, o banco também pontua. Estes elementos tratam da existência de risco evidente de que as armas sejam usadas para violar gravemente os direitos humanos ou o direito internacional humanitário, do fornecimento de bens militares a países onde há indícios de corrupção sistemática, a um Estado falido ou frágil, e a países que gastam uma parte desproporcional de seu orçamento na compra de armas.
- Bradesco e Caixa são os únicos a manterem suas notas zeradas desde a edição passada. O banco Itaú teve queda de sua nota por não apresentar uma política de armas que seja explicitamente contra o desenvolvimento e produção de armas em destruição em massa: nucleares, químicas e biológicas, mas apenas menciona a intenção de “evitar”.
- O Banco do Brasil conseguiu sair da estagnação e atingir nota de 2,2 no tema, pois adota uma lista de exclusão de financiamentos a minas terrestres, munições cluster e armas de destruição em massa.
- BNDES e Santander também registraram aumento em suas notas. O BNDES se comprometeu a não financiar ou investir em armas nucleares, biológicas ou químicas. Já o Santander teve um pequeno aumento por conta de sua política internacional, que se aplica a todas as unidades do grupo, afirmando que não financiará indivíduos, corporações ou países sujeitos a embargos de armas e/ou sanções.

## ALIMENTOS

O tema 'Alimentos' avalia a garantia de uma alimentação adequada, com foco em elementos relacionados ao agronegócio e à indústria alimentícia. Espera-se que os bancos priorizem a concessão de crédito ou incentivem as empresas financiadas a reduzir o uso de agrotóxicos e promover o tratamento adequado dos animais de produção. Também são pontuados os esforços para incentivar a agricultura orgânica e reduzir o consumo de carne animal.

Alimentos		
Banco	2024	2022
BNDES	2,7	5,1
Banco do Brasil	1,4	3,5
Caixa Econômica	1,2	3
BTG Pactual	0,5	2,3
Bradesco	0	2,6
Itaú Unibanco	0	2,6
Safra	0	2,6
Santander	0	2,5
<b>Média</b>	<b>0,7</b>	<b>3,0</b>

- O tema 'Alimentos' foi um dos piores avaliados nesta edição, ficando atrás apenas de 'Bem-Estar Animal'. Na avaliação, ficou evidente a ausência de políticas voltadas à promoção de uma alimentação livre de agrotóxicos e à garantia do bem-estar animal por parte dos bancos e das empresas que financiam.
- Nenhum dos bancos possui o compromisso de que seus financiamentos e investimentos garantirão o direito à uma alimentação saudável e adequada. Os bancos zerados possuem esta média por não apresentarem qualquer política que exija das empresas compromissos para a diminuição do uso de agrotóxicos em suas produções agrícolas, ou que previnam as emissões diretas e indiretas de seus projetos de substâncias tóxicas como amônia e óxido de nitrogênio, e não incentivam uma estratégia a médio e longo prazo para que empresas troquem a proteína animal por fontes alternativas de proteína.
- O BNDES obteve a melhor média no tema, embora ainda esteja aquém do ideal. Sua política de ecoeficiência valoriza a redução de gases, efluentes e resíduos, além de exigir que empresas com grandes projetos publiquem relatórios de sustentabilidade.
- O Banco do Brasil pontuou por incentivar, em sua política de crédito, a redução do uso de fertilizantes nitrogenados e por incluir agrotóxicos e pesticidas em sua lista de restrições.
- A Caixa também recomenda a limitação do uso de agrotóxicos e, em seu guia de 2016 sobre agricultura, incentiva as empresas a adotarem um sistema que abranja informações e estratégias socioambientais de seus fornecedores. No entanto, trata-se apenas de uma recomendação, quando, na verdade, deveria ser uma política.

## FLORESTAS

O tema “Florestas” analisa as diretrizes dos bancos para empresas dos setores de papel, celulose e madeira, incluindo a cadeia produtiva. Também avalia as políticas dos bancos em relação ao desmatamento, à certificação de produtos madeireiros e ao respeito às comunidades indígenas e locais no uso sustentável das florestas.

Florestas		
Banco	2024	2022
BNDES	5,0	5,5
BTG Pactual	2,4	5,0
Banco do Brasil	2,2	3,3
Caixa Econômica	2,2	3,0
Santander	2,0	2,9
Itaú Unibanco	1,9	3,4
Bradesco	1,8	2,4
Safra	1,5	1,7
<b>Média</b>	<b>2,4</b>	<b>3,4</b>

- Todos os bancos tiveram queda de pontuação nesse elemento, revelando a falta de compromisso em exigir o uso de madeira certificada e rastreada, o que alimenta significativamente o desmatamento ilegal em biomas brasileiros. O nível mínimo de pontuação, de 1,8 pontos, foi atribuído aos bancos que seguem os Princípios do Equador, os Padrões de Desempenho do IFC e as Diretrizes Ambientais, de Saúde e Segurança do Grupo Banco Mundial.
- O BNDES mantém a liderança na análise. Apesar de não aderir aos princípios mencionados, exige certificações florestais e o envolvimento de órgãos públicos responsáveis para prevenir o desmatamento ilegal. Além disso, o banco demanda que as empresas em que investe apresentem relatórios de sustentabilidade e incluam cláusulas socioambientais em contratos com seus fornecedores.
- O Banco do Brasil, a Caixa e o Santander subiram no ranking, superando a nota atual do Itaú, que caiu por não detalhar adequadamente os critérios de conformidade socioambiental exigidos em contratos com fornecedores.
- A Caixa e o Banco do Brasil destacam-se por terem políticas claras contra o uso de madeira ilegal na concessão de crédito na cadeia de suprimento de madeira.
- Além disso, tanto o Santander quanto a Caixa pontuaram em um critério adicional, exigindo a certificação auditada pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC).



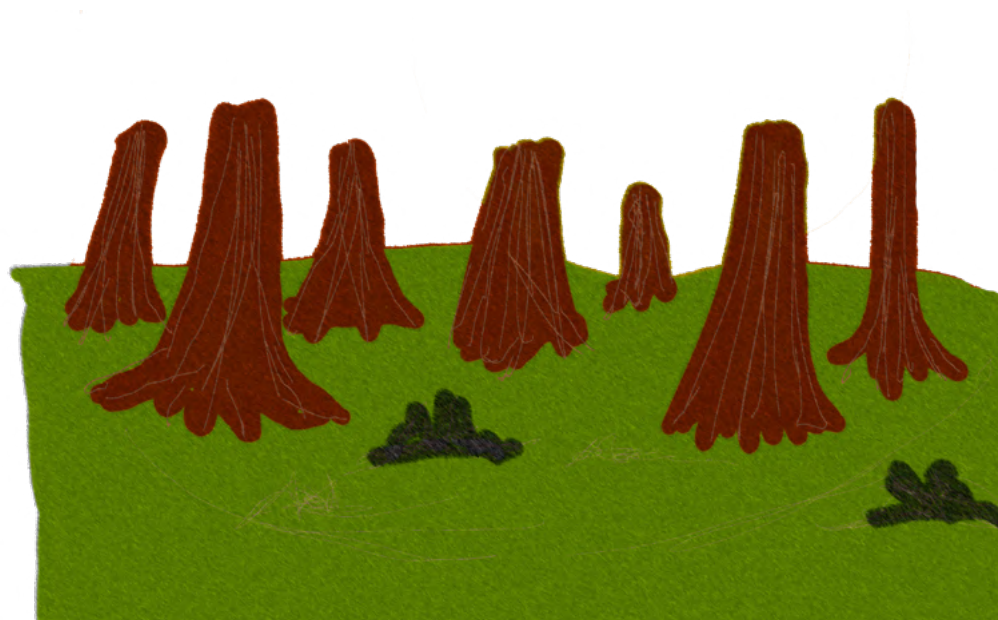
## MINERAÇÃO

No tema “Mineração”, são analisadas possíveis restrições ao setor, assim como os padrões mínimos de gestão ambiental, governança e mitigação de impactos que os bancos exigem das mineradoras, tanto durante quanto após a exploração da atividade. Também é avaliado o desinvestimento em minérios como urânio e amianto, além da mineração em alto-mar.

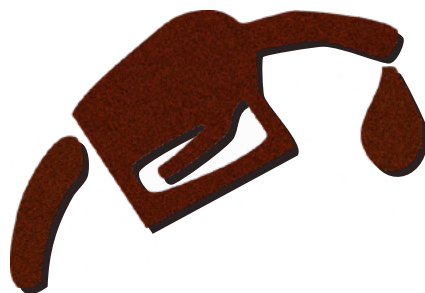
Mineração		
Banco	2024	2022
BNDES	5,4	6,5
Santander	3,2	3,6
Banco do Brasil	2,3	3,2
Itaú Unibanco	1,8	3,5
Bradesco	1,6	3,2
BTG Pactual	1,0	2,5
Caixa Econômica	0,9	2,4
Safra	0,3	2,1
<b>Média</b>	<b>2,1</b>	<b>3,4</b>

- Todos os bancos perderam pontuação neste tema, principalmente devido à mudança na metodologia de pesquisa, que removeu elementos já cobertos por temas transversais e incluiu o critério de mineração em alto-mar. Essa prática traz impactos severos, como a destruição da vida marinha (tanto micro quanto macrofauna) e a compactação do fundo oceânico, o que ressalta a necessidade de maior atenção e compromisso dos bancos com a preservação dos ecossistemas marinhos.
- O Safra apresenta a menor pontuação no tema, marcando pontos em apenas um dos 21 elementos, relacionado à restrição de relacionamento com empresas envolvidas na extração de amianto.
- A Caixa, com a segunda pior nota, pontua apenas de forma automática devido à adesão aos Princípios do Equador e aos Padrões de Performance do IFC, que garantem pontos em critérios como redução de acidentes, gestão responsável de resíduos extrativos e inclusão dos impactos ambientais no planejamento das minas.
- A liderança do BNDES no tema se destaca por sua política que incentiva o desenvolvimento socioeconômico local das áreas mineradas, além de incluir a exigência de recuperação dos ecossistemas após a exploração. O banco também se compromete a garantir condições de trabalho adequadas, proíbe a extração de amianto e o desenvolvimento de novas minas de carvão térmico.

- O Santander, além de pontuações automáticas resultantes de sua adesão a políticas internacionais do grupo, se destacou em elementos relacionados ao financiamento de atividades de extração de “minerais de conflito” em áreas de conflito, ao desinvestimento em empresas que operam com carvão térmico e à exigência de certificações para determinados minerais, como o diamante.
- O Itaú, Bradesco e BTG apresentam notas mais baixas, pois, além das pontuações automáticas, não possuem políticas específicas sobre a extração de minerais de risco, amianto ou urânio. A única exceção é o Bradesco, que adota uma política contra o financiamento de empresas ligadas ao amianto. Tanto ele quanto o Itaú possuem políticas de desinvestimento em usinas térmicas a carvão, o que contribui parcialmente para suas avaliações.



## ÓLEO E GÁS



No tema “Óleo e Gás”, são avaliados elementos como o desinvestimento em empresas envolvidas na exploração de petróleo em xisto betuminoso e gás de xisto. A avaliação também considera as medidas adotadas para mitigar riscos de derramamentos ou vazamentos de óleo, além da redução e gerenciamento responsável de resíduos gerados pelas operações.

Óleo e Gás		
Banco	2024	2022
Banco do Brasil	3,4	3,4
Santander	2,8	4,0
Itaú Unibanco	2,7	3,8
Bradesco	2,6	3,5
BNDES	2,4	4,0
BTG Pactual	1,3	3,1
Caixa Econômica	1,2	2,8
Safra	0	2,0
<b>Média</b>	<b>2,0</b>	<b>3,3</b>

- Apesar dessa análise geral, o Banco do Brasil manteve sua nota em relação ao ano anterior por adotar uma política de exclusão de financiamento para atividades relacionadas à extração de petróleo e gás não convencionais, como areias betuminosas, xisto e exploração no Ártico. O Santander ocupa o segundo lugar, devido à política global do grupo, que também impede o financiamento de extração em areias betuminosas e no Ártico, além de excluir novas explorações de petróleo e gás. O Itaú fica em terceiro, com restrições semelhantes em relação à extração em areias betuminosas e no Ártico.
- O Bradesco possui políticas de impedimento ao financiamento de extração de petróleo e óleo em areias betuminosas, e em xisto. Mas fica atrás do Itaú por não apresentar nenhuma informação sobre critérios socioambientais implementados em cláusulas de empresas com seus fornecedores e nas políticas de compra.
- Este é o segundo pior tema avaliado do BNDES que além de não aderir aos princípios que geram pontos automáticos, não possui políticas voltadas para o impedimento de extração de petróleo e gás não convencionais, e medidas para a redução dos resíduos da extração e mineração de petróleo e gás, especialmente a queima de gás natural.
- BTG, Caixa e Safra apresentam as piores notas no tema. Tanto o BTG quanto a Caixa não possuem políticas específicas para o setor de extração de petróleo e gás, nem políticas de desinvestimento. O Safra, além de não aderir a nenhum princípio que pontue neste tema, também carece de qualquer política de exclusão relacionada à extração.

## GERAÇÃO DE ENERGIA

No tema “Geração de Energia” é avaliado se o banco tem linhas de financiamento para energia renovável e metas para aumentar a participação desse tipo de energia em sua carteira. Também são verificadas possíveis restrições a fontes de energia não renováveis (carvão, combustível fóssil, nuclear e grandes hidrelétricas) e as exigências que os bancos colocam para projetos neste setor e para as empresas que nele operam.

Geração de energia		
Banco	2024	2022
BNDES	4,7	4,5
Itaú Unibanco	3,4	3,9
Banco do Brasil	2,8	3,3
Santander	2,4	4,0
Bradesco	1,1	2,6
BTG Pactual	0,7	2,4
Caixa Econômica	0,7	2,4
Safra	0	1,3
<b>Média</b>	<b>2,0</b>	<b>3,1</b>

- Com exceção do BNDES, todas as notas caíram. O tema agora ocupa a 15ª colocação, principalmente devido à ausência de compromissos claros por parte dos bancos em estabelecer metas para a transição rumo a fontes de energia renovável. Safra, BTG e Caixa se destacam negativamente por não apresentarem dados mensuráveis nem estratégias de transição, deixando de reduzir o percentual de suas carteiras voltado à geração de energia baseada em combustíveis fósseis.
- Atrás do BNDES, Itaú, Banco do Brasil e Santander possuem as notas mais altas, ainda que bastante baixas. Além de possuírem políticas para aumentarem seus investimentos em energias renováveis, financiar empresas que trabalham com energias renováveis e possuírem metas para diminuição de uso de combustíveis fósseis, os bancos pontuam em alguns dos novos elementos voltados para exclusão de novos empreendimentos de usinas elétricas a carvão, e à óleo e gás. O Bradesco perde pontos e fica atrás por não assumir uma métrica clara para aumentar seus financiamentos e investimento em energia renovável.
- O BNDES mantém a liderança no ranking por ser o único banco que, além de cumprir os critérios relacionados às suas próprias políticas internas, exige que as empresas financiadas publiquem relatórios de sustentabilidade e incluam cláusulas socioambientais nos contratos com fornecedores.



## PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

O tema “Proteção ao consumidor” trata das políticas internas do banco quanto sua capacidade e efetividade de garantir tratamento equitativo a seus clientes, proteção de seus dados, transparência e clareza na comunicação sobre serviços e produtos. É o tema melhor avaliado na análise, e com a segunda maior nota de um banco, com o Itaú atingindo 9,2 pontos.

Importante reforçar mais uma vez que a metodologia da pesquisa prevê a avaliação e análise dos documentos públicos dos bancos e não leva em consideração fatores externos relevantes, como a quantidade de reclamações contra as instituições financeiras nos principais canais de atendimento ao consumidor, a quantidade de ações judiciais e as denúncias de práticas abusivas reiteradas.

Proteção ao Consumidor		
Banco	2024	2022
Itaú Unibanco	9,2	8,4
Caixa Econômica	8,7	7,6
Safra	8,4	8,9
Santander	8,2	7,9
Banco do Brasil	7,1	6,2
BNDES	6,5	6,3
Bradesco	6,3	5,8
BTG Pactual	4,5	4,5
<b>Média</b>	<b>7,4</b>	<b>7,0</b>

- Considerando a natureza interna dos elementos avaliados e as políticas existentes no Brasil para a proteção das relações entre instituições financeiras e seus clientes, como as aplicadas pelo Banco Central, seria esperado que todos os bancos apresentassem boas notas. No entanto, o BTG se destaca negativamente, com uma pontuação consideravelmente inferior em comparação aos demais bancos.
- Assim como na última avaliação, todas as instituições financeiras pontuaram por possuírem políticas que proíbem os seus funcionários de tratarem os clientes de forma discriminatória. O BTG é o único que não possui uma política voltada para assegurar os direitos dos clientes e informar sobre os riscos dos produtos e serviços ofertados.
- Apenas o Itaú apresenta um modelo de remuneração que encoraja os seus funcionários diretos a tratar de forma responsável e justa os clientes, o que é um incentivo a mais para condutas não discriminatórias e em conformidade com os direitos dos consumidores.

- Sobre o respeito à privacidade e à proteção de dados dos consumidores, todos os bancos, sem exceção, comunicam em seus documentos que respeitam a privacidade e protegem os dados de seus clientes. Sobre a prática de “venda casada”, os bancos Bradesco e Caixa são os únicos que não apresentam políticas explícitas de repúdio absoluto à prática considerada abusiva, e é expressamente proibida pelo Código de Defesa do Consumidor Brasileiro.
- Caixa, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e Safra possuem políticas voltadas para renegociação de dívidas para clientes em situação de superendividamento. Para evitar o superendividamento, é também importante que as instituições financeiras desenvolvam e implementem perfis de risco com relação a produtos de investimento. Todos os bancos avaliados possuem a política, com exceção do BNDES, que, por ser um banco de desenvolvimento, não lida com recursos de terceiros.



## INCLUSÃO FINANCEIRA

O tema “Inclusão Financeira” analisa as iniciativas adotadas pelos bancos para promover o acesso a serviços financeiros para clientes em situação de vulnerabilidade. Além disso, avalia as ações voltadas para evitar barreiras tecnológicas que dificultem o acesso a produtos e o apoio ao desenvolvimento de pequenos e médios empreendedores.

Inclusão Financeira		
Banco	2024	2022
BNDES	9,0	8,8
Banco do Brasil	8,9	8,5
Caixa Econômica	7,9	7,7
Itaú Unibanco	7,1	7,3
Santander	7,1	8,1
Bradesco	6,4	8,1
Safra	6,4	6,5
BTG Pactual	6,1	4,6
<b>Média</b>	<b>7,4</b>	<b>7,5</b>

- Este ano, o tema alcança a maior nota entre todos os outros avaliados, alcançando a média de 7,37. Itaú, Santander, Bradesco e Safra perderam pontos nesta edição, diminuindo a média do elemento.
- O Safra perdeu a nota porque não apresenta mais financiamento imobiliário para famílias e indivíduos de baixa renda.
- Bradesco e Itaú perdem pontos em relação às condições de seus empréstimos destinados a PMEs, pois não há mais informações de que os bancos isentam a exigência de garantias para que micro, pequenas e médias empresas acessem crédito.
- O Santander também perde pontos pelo fato de as PMEs representarem menos de 10% de sua carteira de crédito, evidenciando pouca iniciativa para a inclusão de pequenos empreendedores no mercado brasileiro.
- BNDES e Banco do Brasil obtiveram as melhores notas, com melhorias desde 2022, principalmente devido ao novo elemento que avalia produtos e serviços voltados para ampliar o acesso de mulheres e mulheres empreendedoras aos serviços bancários e ao financiamento, no qual ambos os bancos se destacaram. Além disso, esses bancos dedicam atenção especial a PMEs de baixa renda, garantindo serviços adequados e gestão de riscos voltada para esse público.
- Caixa e BTG também apresentaram melhoria em suas notas. A Caixa se destacou pela implementação de um projeto que oferece condições especiais de taxas para empresas com participação de mulheres no quadro societário, além de facilitar o acesso ao crédito. Já o BTG obteve pontuação ao comunicar, em seu site, que não realiza cobranças em suas transferências bancárias.

## REMUNERAÇÃO

O tema da remuneração, que ocupava a 15ª posição em 2022, subiu para a 10ª em 2024. O objetivo dessa avaliação é analisar as políticas de remuneração referentes a bônus e salários nas instituições financeiras, divididas em três níveis: toda a equipe, o Conselho de Administração, e diretores e gestores sênior. A análise foca em dois principais aspectos: verificar se a remuneração variável está vinculada ao desempenho socioambiental da instituição, especialmente no caso do CEO, e avaliar a proporção entre remuneração variável e salário fixo.

Remuneração		
Banco	2024	2022
Banco do Brasil	5,0	3,5
BNDES	5,0	3,5
Itaú Unibanco	4,7	2,0
Caixa Econômica	3,3	2,5
BTG Pactual	2,2	1,7
Santander	1,7	2,7
Bradesco	1,0	2,5
Safra	0,5	1,0
<b>Média</b>	<b>2,9</b>	<b>2,4</b>

- Com exceção do Santander, Bradesco e Safra, todos os bancos aumentaram suas notas.
- O Banco Itaú contribui para a melhoria da pontuação no tema ao implementar políticas de *clawback*<sup>17</sup> para todo o grupo e diretores executivos. Já o Banco do Brasil aplica essa política apenas para a diretoria executiva e o conselho de administração. Além disso, o BB estabelece um limite de bônus de até 100% do salário fixo para o conselho administrativo e incorpora critérios socioambientais em sua política de remuneração variável.
- O BNDES estabelece uma política de remuneração variável baseada em critérios de sustentabilidade financeira, apoio a projetos com foco em desenvolvimento social, ambiental e climático.
- A Caixa garante novos pontos por publicar que o salário mais alto da instituição não ultrapassa 20 vezes o menor.

<sup>17</sup> A política de *clawback* é uma regra que permite que uma empresa recupere valores que foram pagos a funcionários ou executivos de maneira indevida. Por exemplo, bônus por desempenho na área de sustentabilidade que na verdade foram calculados de maneira incorreta ou com base em informações enganosas. É uma forma de garantir que os pagamentos feitos aos colaboradores sejam justos e baseados em resultados verdadeiros.



## TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O tema “Transparência e Prestação de Contas” avalia o nível de transparência com a qual a instituição financeira comunica e relata suas diretrizes de responsabilidade socioambiental, o escopo de seus investimentos e financiamentos e o diálogo com as partes interessadas. Também avalia sua prestação de contas com a sociedade, e a abrangência de seus canais de denúncia para comunidades e indivíduos afetados pelas ações de seus investimentos.

Transparência e Prestação de Contas		
Banco	2024	2022
BNDES	7,4	8,4
Itaú Unibanco	4,6	4,9
Caixa Econômica	3,3	4,1
Santander	3,0	3,5
Banco do Brasil	2,8	3,7
Bradesco	2,7	4,0
BTG Pactual	2,4	3,3
Safra	2,1	1,8
<b>Média</b>	<b>3,5</b>	<b>4,2</b>

- Todos os bancos, exceto o Safra, apresentaram queda em seus índices, o que justifica a redução da nota de 4,21 para 3,59, colocando o tema na faixa vermelha. Essa situação se deve à falta de transparência contínua por parte das instituições financeiras, que frequentemente não divulgam os nomes das empresas que financiam ou nas quais investem.
- Embora os bancos aleguem sigilo bancário, a transparência nesse caso não diz respeito à divulgação das informações referentes às modalidades de crédito, nem das transações e valores disponibilizados de seus clientes, mas à responsabilidade de informar ao público quais empresas recebem crédito da instituição, principalmente para temas em que o próprio Banco realizou compromisso social, conforme suas políticas socioambientais de diminuir ou erradicar o financiamento. Esse é um direito das pessoas consumidoras de serviços financeiros, uma vez que os recursos mantidos em suas contas podem estar sendo direcionados para essas empresas, e o direito à informação é garantido pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC).
- Além disso, a grande maioria das instituições financeiras brasileiras não divulga os nomes das empresas nas quais investem ou financiam, exceto em alguns projetos que disponibilizam essa informação nos sites relacionados aos Princípios do Equador.

- O Safra aumentou a sua nota por ter incorporado, em 2024, os critérios GRI<sup>18</sup> em seu relatório de sustentabilidade. Com isso, todos os bancos seguem tais diretrizes em seus relatórios.
- Além do Itaú, BNDES, e Banco do Brasil, nenhum dos bancos publica o histórico de voto em suas participações acionárias em empresas.
- Uma característica comum entre os bancos é que seus canais de denúncia recebem e tratam, na maioria das vezes, apenas reclamações relacionadas às suas ações internas. Embora afirmem que esses canais estão abertos ao público externo, ou seja, a não-clientes, não há evidências claras de que as denúncias provenientes de indivíduos afetados pelas práticas de empresas investidas ou financiadas por eles sejam efetivamente consideradas. Além disso, os bancos geralmente não respondem a instituições independentes que recebem denúncias da sociedade civil sobre casos de indivíduos e comunidades impactadas por suas ações.

---

18 As Normas GRI representam as melhores práticas globais para o relato público de diferentes impactos econômicos, ambientais e sociais. O relato de sustentabilidade com base nas Normas fornece informações sobre as contribuições positivas ou negativas de uma organização para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/#:-:text=As%20Normas%20GRI%20representam%20as,organiza%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel>.





**| Conclusão |**



### A 10ª edição do Guia dos Bancos Responsáveis (GBR)

evidencia que os oito maiores bancos que operam no país ainda têm muito para avançar em termos de compromissos socioambientais e climáticos. A pontuação média de 3,3, equivalente a apenas 33% de cumprimento do que a metodologia prevê, sublinha a insuficiência das ações implementadas pelas instituições até o momento.

A retirada dos pontos automáticos de legislação significou uma diminuição na nota de todos os bancos avaliados, com exceção do Banco do Brasil. Isso não significa que as instituições tenham reduzido os seus compromissos, mas sim que falham em explicitar diretrizes básicas que, embora estejam previstas em lei, deveriam ser reforçadas em suas políticas.

Sendo o único banco a aumentar sua nota em relação ao ano anterior, o Banco do Brasil demonstra que a adoção de políticas responsáveis, que visam minimizar impactos ambientais, é fundamental para garantir uma avaliação positiva. No entanto, apesar dessa melhoria, suas políticas ainda apresentam lacunas significativas, especialmente no que se refere à transparência e à gestão de investimentos.

Essa falta de compromissos relacionados à gestão de investimentos é uma característica comum a todos os bancos avaliados, indicando uma carência de políticas que orientem a aplicação de recursos de forma responsável.

Assim como na última avaliação, reforçamos novamente a recomendação que todos os bancos avaliem se as empresas

financiadas ou investidas possuem políticas de responsabilidade ambiental, social e de governança que contemplem toda a cadeia de fornecedores ligadas a elas. A importância de uma política que assegure que cláusulas socioambientais sejam aplicadas a fornecedores de empresas financiadas e investidas repousa na tentativa de garantir que as cadeias de fornecimento se mantenham livres de quaisquer violações.

Ainda que quase a totalidade das notas tenham baixado, é importante ressaltar que grande parte dos bancos brasileiros têm adotado medidas de desinvestimento no setor de combustíveis fósseis, causador de danos não só ao meio ambiente mas à saúde humana respiratória com emissões de gases poluentes em suas queimas. Se destacam Banco do Brasil, Santander, Itaú, Bradesco e BNDES com políticas de exclusão e estratégias de phase out gradual de financiamentos. No entanto, ainda faltam políticas voltadas a sua carteira de investimentos próprios e de terceiros.

Em suma, a avaliação de 2024 destaca a necessidade de um compromisso renovado e efetivo das instituições financeiras brasileiras com as questões socioambientais e climáticas. O cenário atual geral indica um distanciamento preocupante em relação às expectativas da sociedade civil e às urgências impostas pela emergência climática e demais crises socioambientais que enfrentamos, apontando para a necessidade da incorporação de compromissos e diretrizes mais rigorosas por parte dos bancos.



**| ANEXOS |**



# ANEXO I

<b>ELEMENTOS DE BEM-ESTAR ANIMAL</b>	
<b>Os elementos a seguir são fundamentais para uma política relativa às empresas nas quais uma instituição financeira investe ou financia:</b>	
<b>1</b>	As empresas respeitam o bem-estar animal em todos os Cinco Domínios do bem-estar animal.
<b>2</b>	Testes não médicos em animais (incluindo, também, testes de cosméticos) são inaceitáveis.
<b>3</b>	São estabelecidos requisitos para o uso de animais de laboratório para testes de produtos médicos, a fim de limitar ao máximo o sofrimento dos animais e o número de animais usados, além de procurar comprovadamente alternativas aos testes em animais (a chamada estratégia 3R).
<b>4</b>	Produzir, fabricar, comercializar e vender peles e couro exótico (e produtos derivados) é inaceitável.
<b>5</b>	Métodos de alojamento severamente restritos para animais de fazenda, incluindo bezerros em celas, galinhas em gaiolas em bateria e porcas em cubículos de alimentação, são inaceitáveis.
<b>6</b>	As práticas e a genética de criação de animais de fazenda são voltadas para o bem-estar, seguindo os Padrões Mínimos de Responsabilidade da FARMS.
<b>7</b>	As empresas de proteína animal são certificadas de acordo com os critérios de certificação que incluem requisitos de bem-estar animal (mencionados na seção 2.1.2 da metodologia).
<b>8</b>	As empresas protegem o enriquecimento ambiental adequado e a qualidade dos animais de produção, de acordo com os Padrões Mínimos de Responsabilidade da FARMS.
<b>9</b>	As empresas evitam procedimentos dolorosos para os animais de produção, de acordo com os Padrões Mínimos de Responsabilidade da FARMS.
<b>10</b>	As empresas praticam métodos de abate humanitário para animais de produção, de acordo com os Padrões Mínimos de Responsabilidade da FARMS.
<b>11</b>	As empresas limitam a duração do transporte de animais de acordo com os Padrões Mínimos de Responsabilidade da FARMS.
<b>12</b>	Atividades de entretenimento em que animais selvagens estejam envolvidos (incluindo circos, delfinários, jogos de luta com animais, e shows e exposições com animais) são inaceitáveis.
<b>13</b>	As empresas integram critérios de bem-estar animal em suas políticas operacionais e de compras.
<b>14</b>	As empresas incluem cláusulas sobre a conformidade com critérios de bem-estar animal em seus contratos com subcontratados e fornecedores.

## ELEMENTOS DE MUDANÇAS CLIMATICAS

### Elementos essenciais para uma política relativa às operações internas da instituição financeira:

<b>1</b>	Para suas próprias emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, a instituição financeira estabelece objetivos de redução mensuráveis que estão alinhados com a limitação do aumento máximo da temperatura global de 1,5°C.
<b>Elementos relacionados à gestão da carteira de financiamento e investimento da instituição financeira</b>	
<b>2</b>	A instituição financeira divulga as emissões absolutas de gases de efeito estufa dos Escopos 1, 2 e 3 associadas a uma parte de sua carteira de financiamento e investimento.
<b>3</b>	A instituição financeira divulga as emissões absolutas de gases de efeito estufa dos Escopos 1, 2 e 3 associadas a toda a sua carteira de financiamento e investimento.
<b>4</b>	Para o financiamento de projetos de grande escala, a instituição financeira faz avaliações de impacto ambiental que incluem dados sobre emissões de gases de efeito estufa e riscos climáticos.
<b>5</b>	Para suas emissões de gases de efeito estufa financiadas e investidas, a instituição financeira estabelece objetivos de redução mensuráveis e absolutos que estão alinhados com a limitação do aumento máximo da temperatura global a 1,5°C.
<b>6</b>	A instituição financeira mede e divulga os impactos relacionados ao clima de acordo com as recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima.
<b>Os seguintes elementos são cruciais para uma política relativa a combustíveis fósseis:</b>	
<b>7</b>	As empresas envolvidas no desenvolvimento de novas minas de carvão térmico estão excluídas de investimentos e financiamentos.
<b>8</b>	As empresas envolvidas no desenvolvimento de novas usinas elétricas movidas a carvão são excluídas do investimento e do financiamento.
<b>9</b>	A instituição financeira exclui o financiamento e o investimento em empresas ativas na mineração de carvão térmico em mais de 20% de suas atividades.
<b>10</b>	A instituição financeira exclui o financiamento e o investimento em empresas ativas na geração de energia a partir do carvão em mais de 20% de suas atividades.
<b>11</b>	A instituição financeira exclui o financiamento e o investimento em empresas que produzam mais de 10 Mt de carvão térmico por ano e/ou tenham mais de 5 GW de capacidade de energia a carvão.
<b>12</b>	A instituição financeira tem uma estratégia de eliminação gradual do carvão com prazo determinado, alinhada a um cenário climático de aumento de temperatura global máxima a 1,5 graus.
<b>13</b>	A instituição financeira exclui totalmente o financiamento e o investimento em empresas ativas na mineração de carvão térmico e/ou geração de energia a carvão.
<b>14</b>	As empresas envolvidas em novas explorações e desenvolvimento de petróleo e gás estão excluídas do investimento e do financiamento.
<b>15</b>	A instituição financeira tem uma estratégia de eliminação gradual de petróleo e gás com prazo determinado, alinhada a um cenário de aumento de temperatura global máxima a 1,5 graus.
<b>16</b>	As empresas ativas na extração de petróleo em areias betuminosas estão excluídas do investimento e do financiamento.
<b>17</b>	A instituição financeira exclui o financiamento e o investimento em empresas que atuam na extração de petróleo e gás em mais de 30% de suas receitas.
<b>18</b>	A instituição financeira exclui o financiamento e o investimento em empresas ativas com mais de 30% de sua eletricidade gerada a partir de petróleo e gás.
<b>19</b>	A instituição financeira exclui totalmente o financiamento e o investimento em empresas que atuam na extração de petróleo e gás e/ou na geração de energia a partir de combustíveis fósseis.
<b>Os elementos são relacionados às empresas que a instituição financeira financia ou nas quais investe:</b>	
<b>20</b>	As empresas divulgam suas emissões de gases de efeito estufa de escopo 1, 2 e 3.
<b>21</b>	As empresas reduzem suas emissões de escopo 1, 2 e 3 de acordo com um cenário climático de 1,5 grau.
<b>22</b>	As empresas deixam de usar combustíveis fósseis e passam a usar fontes de energia renováveis.
<b>23</b>	As empresas têm um sistema implementado para garantir a rastreabilidade de sua cadeia de suprimentos para assegurar que não haja desmatamento de florestas primárias.
<b>24</b>	A conversão de turfeiras e estoques de alto carbono para o desenvolvimento agrícola é inaceitável.
<b>25</b>	A produção de biomateriais está em conformidade com os 12 princípios da Mesa Redonda sobre Biomateriais Sustentáveis (RSB).
<b>26</b>	As empresas não participam de lobbies diretos ou indiretos (tentativa de influenciar decisões tomadas por reguladores) com o objetivo de enfraquecer a política climática.
<b>27</b>	As empresas integram critérios sobre mudança climática em suas políticas operacionais e de compras.
<b>28</b>	As empresas incluem cláusulas sobre a conformidade com os critérios de mudança climática em seus contratos com subcontratados e fornecedores.



## ELEMENTOS DE CORRUPÇÃO

### Elementos essenciais para uma política relativa às operações internas da instituição financeira

1	É inaceitável oferecer, prometer, dar e exigir, direta ou indiretamente, subornos e outras vantagens indevidas a fim de adquirir e manter atribuições e outras vantagens indevidas.
2	A instituição financeira tem uma política de combate à lavagem de dinheiro.
3	A instituição financeira tem uma política para evitar o financiamento do terrorismo e de sua proliferação
4	A instituição financeira verifica adequadamente o(s) proprietário(s) beneficiário(s) final(is) de uma empresa.
5	A instituição financeira aplica salvaguardas adicionais quando estabelece relações comerciais diretas ou indiretas com Pessoas Politicamente Expostas.
6	A instituição financeira informa sobre sua participação nos processos decisórios de normas e legislações internacionais (práticas de lobby).
7	A instituição financeira tem uma política contra contribuições políticas.
<b>Os elementos a seguir são fundamentais para uma política relativa às empresas nas quais uma instituição financeira investe ou financia:</b>	
8	As empresas divulgam publicamente seu proprietário ou proprietários beneficiários finais, incluindo nome completo, data de nascimento, nacionalidade, jurisdição de residência, número e categorias de ações e, se aplicável, a proporção de participação acionária ou controle.
9	É inaceitável oferecer, prometer, dar e exigir, direta ou indiretamente, subornos e outras vantagens indevidas a fim de adquirir e manter atribuições e outras vantagens indevidas.
10	As empresas têm um sistema de gerenciamento que resulta em ações imediatas caso surjam suspeitas de que funcionários ou fornecedores sejam culpados de corrupção.
11	As empresas informam sobre sua participação nos processos decisórios de normas e legislação internacionais (práticas de lobby).
12	As empresas integram critérios sobre corrupção em suas políticas de compras e políticas operacionais.
13	As empresas incluem cláusulas sobre a conformidade com critérios de corrupção em seus contratos com subcontratados e fornecedores.

## ELEMENTOS DE IGUALDADE DE GÊNERO

### Os elementos a seguir são essenciais para uma política relativa às operações internas da instituição financeira:

1	A instituição financeira tem um compromisso explícito com uma política de tolerância zero sensível ao gênero em relação a todas as formas de discriminação baseada em gênero no emprego e na ocupação.
2	A instituição financeira tem o compromisso de uma política de tolerância zero em relação à violência baseada em gênero no local de trabalho, incluindo assédio verbal, físico e sexual.
3	A instituição financeira oferece treinamentos para abordar a discriminação e os preconceitos baseados em gênero no local de trabalho.
4	A instituição financeira gerencia ativamente a igualdade de remuneração.
5	A instituição financeira tem sistemas implementados para prevenir e mitigar a discriminação de gênero de seus clientes.
6	A instituição financeira garante pelo menos 30% de participação e acesso igualitário de mulheres e homens no Conselho de Administração, nos cargos executivos e no nível de gerência sênior.
7	A instituição financeira garante pelo menos 40% de participação e acesso igualitário de mulheres e homens no Conselho de Administração, nos cargos executivos e no nível de gerência sênior.
8	A instituição financeira oferece desenvolvimento profissional direcionado aos funcionários para promover o acesso igualitário de mulheres a cargos de nível sênior.

### Os elementos a seguir estão relacionados à transparência e à estratégia da instituição financeira:

9	A instituição financeira divulga a porcentagem de financiamento a empresas pertencentes a mulheres OU a outros grupos vulneráveis, em comparação ao valor total do financiamento a MPMs.
---	--

### Os elementos a seguir estão relacionados às expectativas da instituição financeira em relação às empresas financiadas e investidas:

10	As empresas assumiram um compromisso político de mitigar os riscos de direitos humanos enfrentados pelas pessoas em decorrência de seu gênero.
11	As empresas têm uma política de tolerância zero explicitamente sensível ao gênero em relação a todas as formas de discriminação baseada em gênero no emprego e na ocupação.
12	As empresas têm um compromisso de política de tolerância zero em relação à violência baseada em gênero no local de trabalho, incluindo assédio verbal, físico e sexual.
13	As empresas oferecem treinamentos para lidar com a discriminação e os preconceitos baseados em gênero no local de trabalho.
14	As empresas gerenciam ativamente a igualdade de remuneração.
15	As empresas têm sistemas implementados para prevenir e mitigar a discriminação de gênero de seus clientes.
16	As empresas garantem pelo menos 30% de participação e acesso igualitário de mulheres e homens no Conselho de Administração, cargos executivos e nível de gerência sênior.
17	As empresas garantem pelo menos 40% de participação e acesso igualitário de mulheres e homens no Conselho de Administração, nos cargos executivos e no nível de gerência sênior.
18	As empresas oferecem desenvolvimento profissional direcionado e, quando necessário, também educação e treinamento para os funcionários, a fim de promover o acesso igualitário de mulheres a cargos de nível sênior.
19	As empresas incluem critérios de gênero e direitos das mulheres em suas políticas operacionais e de compras.
20	As empresas incluem cláusulas sobre a conformidade com critérios de gênero e direitos das mulheres em seus contratos com subcontratados e fornecedores.

## ELEMENTOS DE DIREITOS HUMANOS

### Os elementos a seguir são essenciais para uma política relativa às operações internas da instituição financeira:

1	A instituição financeira respeita todos os direitos humanos, conforme descrito nos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs).
2	A instituição financeira tem uma política de tolerância zero em relação a todas as formas de discriminação no emprego e na ocupação, inclusive com base em gênero, raça, etnia, sexualidade e capacidade física.

### Os elementos a seguir estão relacionados às expectativas da instituição financeira em relação às empresas financiadas e investidas:

3	As empresas respeitam todos os direitos humanos conforme descrito nos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs)
4	As empresas possuem uma política em que se comprometem a cumprir com sua responsabilidade de respeitar os direitos humanos.
5	As empresas possuem um processo de devida diligência para identificar, prevenir, mitigar e prestar contas sobre como lidam com seus impactos nos direitos humanos.
6	As empresas possuem processos para permitir a remediação de qualquer impacto adverso nos direitos humanos que elas podem ter causado ou para o qual podem ter contribuído.
7	As empresas estabelecem ou participam de mecanismos de denúncias para os indivíduos e comunidades que possam ter sofrido impactos adversos.
8	As empresas respeitam os direitos dos povos indígenas durante o curso de suas operações.
9	As empresas previnem conflitos sobre direito à terra e adquirem recursos naturais apenas após engajar-se em consulta significativa às comunidades locais e após obter consentimento livre, prévio e informado (CLPI) quando se trata de povos indígenas.
10	As empresas evitam conflitos sobre direito à terra e adquirem recursos naturais apenas com o consentimento livre, prévio e informado (CLPI) dos povos com direito costumeiro de posse da terra.
11	As empresas demonstram ter atenção especial com o respeito aos direitos das mulheres, especialmente para evitar discriminação e melhorar a igualdade de tratamento entre homens e mulheres.
12	As empresas têm uma atenção especial ao respeito dos direitos das crianças.
13	As empresas não permitem assentamentos, incluindo suas atividades econômicas, em territórios ocupados, em respeito ao Direito Internacional Humanitário.
14	As empresas incorporam critérios de direitos humanos em suas políticas operacionais e de compras.
15	As empresas incluem cláusulas de conformidade com critérios de direitos humanos em seus contratos com subcontratadas e fornecedores.



## ELEMENTOS DE DIREITOS TRABALHISTAS

### Os seguintes elementos são essenciais para uma política relativa às operações internas da instituição financeira

1	A instituição financeira respeita a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho.
2	A instituição financeira integra pelo menos os padrões trabalhistas da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho em suas políticas de compras.
3	A instituição financeira respeita a Convenção de Proteção à Maternidade da OIT.
4	A instituição financeira estabelece procedimentos para gerenciar e processar reclamações de funcionários e resolver violações de direitos trabalhistas, de preferência em consulta com o sindicato relevante.

### Os elementos a seguir estão relacionados às expectativas da instituição financeira em relação às empresas financiadas e investidas:

5	As empresas respeitam a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.
6	Todas as formas de trabalho forçado ou compulsório são inaceitáveis.
7	O trabalho infantil é inaceitável.
8	A discriminação em relação a emprego e profissão é inaceitável.
9	As empresas se comprometem com práticas justas de recrutamento.
10	As empresas pagam um salário mínimo aos seus empregados.
11	As empresas aplicam um limite máximo de horas de trabalho (máximo de 48 horas por semana mais 12 horas extras).
12	As empresas têm uma política abrangente de saúde e segurança.
13	As empresas respeitam a Convenção de Proteção à Maternidade da OIT
14	As empresas garantem igualdade de tratamento e condições de trabalho para trabalhadores migrantes e informais.
15	As empresas oferecem condições de trabalho decentes aos trabalhadores remotos.
16	As empresas têm um sistema de gestão transparente para monitorar e, se necessário, corrigir a conformidade com normas de direito trabalhista.
17	As empresas estabelecem procedimentos sobre como lidar e processar as reclamações de empregados e como resolver violações e conflitos, preferencialmente em consulta com o sindicato pertinente.
18	As empresas incorporam critérios sobre direitos trabalhistas em suas políticas de compras.
19	As empresas incluem cláusulas contratuais de conformidade com critérios de direitos trabalhistas em seus contratos com subcontratadas e fornecedores.

## ELEMENTOS DE MEIO AMBIENTE

### Os elementos a seguir estão relacionados à transparência e à estratégia da instituição financeira:

1	A instituição financeira mede e divulga a pegada de biodiversidade de seu portfólio.
<b>Os elementos a seguir são fundamentais para uma política relativa às empresas nas quais uma instituição financeira investe ou financia:</b>	
2	As empresas evitam impactos negativos em áreas de Alto Valor de Conservação (HCV) em suas operações comerciais e nas áreas que gerenciam.
3	As empresas evitam impactos negativos em áreas protegidas que se enquadram nas categorias I-IV da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) em suas operações comerciais e nas áreas que gerenciam.
4	As empresas evitam impactos negativos em áreas do Patrimônio Mundial da UNESCO em suas operações comerciais e nas áreas que administram.
5	As empresas evitam impactos negativos em áreas protegidas que se enquadram na Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas em suas operações comerciais e nas áreas que gerenciam.
6	As empresas evitam impactos negativos sobre as populações ou o número de espécies animais que constam da Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN.
7	O comércio de espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção está em conformidade com as condições da CITES.
8	A produção ou o comércio de organismos vivos geneticamente modificados só pode ocorrer se tiver sido obtida permissão do país importador e se todas as exigências do Protocolo de Cartagena tiverem sido cumpridas.
9	As empresas evitam a introdução de espécies exóticas invasoras em ecossistemas.
10	A mineração em alto-mar é inaceitável.
11	As empresas realizam avaliações do impacto da escassez de água em regiões com escassez de água.
12	As empresas adotam medidas abrangentes de mitigação para atender aos requisitos de água da comunidade e do ecossistema em áreas nas quais as avaliações de impacto ambiental identificam a probabilidade de impactos significativos nos recursos hídricos.
13	As empresas realizam estudos de impacto ambiental sobre as consequências totais de um projeto em larga escala sobre a biodiversidade, pelo menos de acordo com a GRI 304: Biodiversidade 2016 ou outros padrões relevantes (mencionados na seção 2.8.2).
14	As empresas incluem critérios ambientais em suas políticas de compras e operacionais.
15	As empresas incluem cláusulas de conformidade com critérios ambientais em seus contratos com subcontratadas e fornecedores.

## ELEMENTOS DE IMPOSTOS

### Os elementos a seguir são essenciais para uma política relativa às operações internas da instituição financeira:

1	Para pelo menos três quartos dos países em que a instituição financeira opera e/ou para 75% de sua receita, ela relata, país por país, sobre as suas receitas, lucros, número de empregados, subsídios recebidos dos governos e pagamentos de impostos de forma que coincida com as demonstrações consolidadas.
2	Para cada país em que a instituição financeira opera, ela relata, país por país, sobre as suas receitas, custos, lucro, subsídios recebidos dos governos e pagamentos de impostos de forma que coincida com as demonstrações consolidadas.
3	Para cada país que a instituição financeira opera, ela divulga o total de ativos país por país de forma que coincida com as demonstrações consolidadas.
4	A instituição financeira não aconselha as empresas a configurarem estruturas internacionais cujo principal propósito é evitar ou sonegar impostos.
5	A instituição financeira não participa de transações financeiras com estruturas internacionais cujo principal propósito é evitar ou sonegar impostos.
6	A instituição financeira publica informações relevantes sobre quaisquer decisões fiscais específicas que possa ter recebido das autoridades fiscais.
7	A instituição financeira não possui subsidiárias, agências ou associadas em jurisdições que não taxem corporações ou com práticas fiscais perniciosas, a menos que tenham atividades [locais] substanciais e seus lucros sejam gerados por atividades econômicas locais.
8	A instituição financeira não fornece serviços financeiros a empresas em paraísos fiscais, a menos que a empresa tenha atividade substancial e seus lucros sejam gerados por atividades econômicas locais.

### Os elementos a seguir são fundamentais para uma política relativa às empresas nas quais uma instituição financeira investe ou financia:

9	As empresas publicam a estrutura completa do grupo, incluindo entidades controladas indiretamente e conjuntamente.
10	As empresas publicam uma explicação das atividades, funções e acionista final de cada subsidiária, sucursal, joint venture ou afiliada localizada em jurisdições que não taxem corporações ou com práticas fiscais perniciosas.
11	Para cada país no qual a empresa opera, ela divulga país por país a receita, lucro, número de empregados, subsídios do governo e pagamentos realizados para governos (por exemplo, impostos retidos na fonte, pagamento de concessões e impostos sobre as empresas).
12	As empresas centram sua estrutura empresarial internacional e as suas transações internacionais de uma forma que reflita a substância econômica das atividades e transações realizadas, sem quaisquer medidas voltadas primordialmente para assegurar uma vantagem fiscal.
13	As empresas publicam informações relevantes sobre quaisquer decisões fiscais específicas que possam ter recebido das autoridades fiscais.
14	As empresas tornam públicas, na medida do legalmente e praticamente possível, a decisão de qualquer julgamento ou arbitragem ao qual elas, ou qualquer de suas subsidiárias, estejam envolvidas, com relação a disputas fiscais, seja em um tribunal ou em um ambiente de arbitragem.
15	As empresas têm um sistema de gestão que resulta em ações imediatas se houver suspeitas de que funcionários ou fornecedores sejam culpados por facilitar evasão fiscal.
16	As empresas integram critérios sobre impostos em suas políticas operacionais e de compras.
17	As empresas incluem cláusulas de conformidade com critérios sobre impostos em seus contratos com subcontratadas e fornecedores.



## ELEMENTOS DE ARMAS

**Os elementos a seguir são fundamentais para uma política relativa às empresas nas quais uma instituição financeira investe ou financia:**

<b>1</b>	O uso, a produção, o desenvolvimento, a manutenção, os testes, o armazenamento e o comércio de minas terrestres antipessoais, incluindo os principais componentes das minas terrestres, são inaceitáveis.
<b>2</b>	São inaceitáveis o uso, a produção, o desenvolvimento, a manutenção, os testes, o armazenamento e o comércio de munições de fragmentação, incluindo os principais componentes das munições de fragmentação.
<b>3</b>	São inaceitáveis o uso, a produção, o desenvolvimento, a manutenção, os testes, o armazenamento e o comércio de armas nucleares, incluindo os principais componentes de armas nucleares, em ou para países que não ratificaram o Tratado de Não Proliferação.
<b>4</b>	O uso, a produção, o desenvolvimento, a manutenção, os testes, o armazenamento e o comércio de armas nucleares, incluindo os principais componentes de armas nucleares, são inaceitáveis
<b>5</b>	São inaceitáveis o uso, a produção, o desenvolvimento, a manutenção, os testes, o armazenamento e o comércio de armas químicas, incluindo os principais componentes de armas químicas.
<b>6</b>	O uso, a produção, o desenvolvimento, a manutenção, os testes, o armazenamento e o comércio de armas biológicas, incluindo os principais componentes de armas biológicas, são inaceitáveis.
<b>7</b>	O uso, a produção, o desenvolvimento, a manutenção, os testes, o armazenamento e o comércio de sistemas de Armas Autônomas Letais (LAWS), incluindo os principais componentes de LAWS, são inaceitáveis.
<b>8</b>	As empresas tratam bens de uso duplo como bens militares quando não têm um propósito civil.
<b>9</b>	O fornecimento de bens militares a países que estejam sob embargo de armas das Nações Unidas ou de outro mecanismo multilateral relevante, é inaceitável.
<b>10</b>	"O fornecimento de bens militares é inaceitável se houver um risco primordial de que as armas sejam usadas para violações graves dos direitos humanos internacionais e das leis humanitárias."
<b>11</b>	O fornecimento de bens militares a países que violam gravemente os direitos humanos é inaceitável.
<b>12</b>	O fornecimento de bens militares a partes envolvidas em conflitos é inaceitável, a menos que seja para partes que estejam agindo de acordo com uma resolução do Conselho de Segurança da ONU.
<b>13</b>	O fornecimento de bens militares a países gravemente corruptos é inaceitável..
<b>14</b>	É inaceitável o fornecimento de bens militares a países com um estado falido ou frágil.
<b>15</b>	O fornecimento de bens militares a países que gastam uma parte desproporcional de seu orçamento na compra de armas é inaceitável.

## ELEMENTOS DE ALIMENTOS

### Os elementos a seguir são fundamentais para uma política relativa às empresas nas quais uma instituição financeira investe ou financia:

1	As empresas respeitam o direito à alimentação adequada.
2	As empresas respeitam o bem-estar animal em todos os Cinco Domínios do bem-estar animal.
3	Métodos de alojamento severamente restritos para animais de fazenda, incluindo bezerros em celas, galinhas em gaiolas em bateria e porcas em cubículos de alimentação, são inaceitáveis
4	As empresas limitam a duração do transporte de animais de acordo com os padrões de melhores práticas.
5	As empresas reduzem suas emissões diretas e indiretas de substâncias nocivas, como material particulado, óxido de nitrogênio e amônia.
6	As empresas contribuem para uma mudança ambiciosa, e com prazo determinado, de proteína animal para proteínas vegetais e alternativas, a fim de diminuir o consumo de proteína animal.
7	As empresas minimizam o uso de pesticidas.
8	As empresas trabalham com normas e iniciativas relevantes para matérias-primas (mencionadas no item 3.4.2.).
9	As empresas são certificadas de acordo com os critérios dos esquemas de certificação (mencionados na seção 3.4.2) para matérias-primas.
10	As empresas publicam um relatório de sustentabilidade que pode conter (uma série de) divulgações dos Padrões GRI.
11	Grandes empresas e empresas multinacionais publicam um relatório de sustentabilidade elaborado de acordo com estruturas reconhecidas de relatórios de sustentabilidade.
12	As empresas integram critérios ambientais, sociais e de governança em suas políticas operacionais e de compras.
13	As empresas incluem cláusulas sobre a conformidade com critérios ambientais, sociais e de governança em seus contratos com subcontratados e fornecedores.

## ELEMENTOS DE FLORESTAS

### Os elementos a seguir são fundamentais para uma política relativa às empresas nas quais uma instituição financeira investe ou financia:

1	As empresas evitam impactos negativos em áreas de alto estoque de carbono (HCS) em suas operações comerciais e nas florestas que gerenciam.
2	As empresas de toda a cadeia de suprimento de madeira evitam o uso de madeira ilegalmente cortada e comercializada..
3	As fábricas de papel e celulose restringem o uso de produtos químicos e a poluição do solo, da água e do ar, utilizando as melhores técnicas disponíveis.
4	As empresas respeitam os direitos das comunidades locais e indígenas sobre o uso justo e igualitário das florestas.
5	As florestas de produção e as plantações de madeira são certificadas de acordo com a certificação de gerenciamento florestal do Forest Stewardship Council (FSC).
6	As cadeias de suprimentos de comerciantes de madeira e empresas da cadeia de produtos de madeira (incluindo celulose, papel, folheados, móveis) são certificadas de acordo com a certificação de cadeia de custódia do FSC.
7	As empresas dos setores com grande impacto sobre as florestas (incluindo, em qualquer caso, o setor florestal e de papel) relatam suas informações relacionadas a florestas ao Programa Florestal do Carbon Disclosure Project (CDP).
8	As empresas publicam um relatório de sustentabilidade que pode conter (uma série de) informações dos Padrões GRI.
9	Grandes empresas e empresas multinacionais publicam um relatório de sustentabilidade elaborado de acordo com estruturas reconhecidas de relatórios de sustentabilidade.
10	As empresas integram critérios ambientais, sociais e de governança em suas políticas operacionais e de compras.
11	As empresas incluem cláusulas sobre a conformidade com critérios ambientais, sociais e de governança em seus contratos com subcontratados e fornecedores.

## ELEMENTOS DE MINERAÇÃO

### Os elementos a seguir são fundamentais para uma política relativa às empresas nas quais uma instituição financeira investe ou financia:

<b>1</b>	As empresas reduzem a chance de acidentes usando as melhores técnicas disponíveis e têm um roteiro sólido para situações de crise (um “plano de contingência”).
<b>2</b>	As empresas reduzem os resíduos extrativos, os gerenciam e processam de forma responsável, rastreando, revisando e agindo adequadamente para melhorar o gerenciamento de riscos de rejeitos e adotando um objetivo de falha zero para as instalações de armazenamento de rejeitos.
<b>3</b>	O descarte de rejeitos ribeirinhos e submarinos é inaceitável.
<b>4</b>	As empresas incluem os efeitos ambientais e de saúde de uma mina após seu fechamento nos planos de desenvolvimento de novas minas.
<b>5</b>	As empresas garantem a recuperação dos ecossistemas após a conclusão das atividades comerciais em todos os projetos da indústria extrativa (ou seja, isso é incluído como uma atividade no planejamento e no orçamento do projeto).
<b>6</b>	As empresas respeitam a mineração artesanal e de pequena escala e melhoram o desenvolvimento econômico e social sustentável em nível local.
<b>7</b>	As empresas seguem os Princípios Voluntários de Segurança e Direitos Humanos para a segurança de seus funcionários e das instalações da empresa.
<b>8</b>	As empresas só operam em zonas de governança fraca ou áreas afetadas por conflitos se puderem demonstrar que não estão causando ou contribuindo para abusos de direitos humanos.
<b>9</b>	A mineração e o comércio de materiais de conflito são inaceitáveis.
<b>10</b>	A mineração de urânio é inaceitável.
<b>11</b>	A mineração de amianto é inaceitável.
<b>12</b>	A mineração de remoção do topo da montanha é inaceitável.
<b>13</b>	As empresas envolvidas no desenvolvimento de novas minas de carvão térmico são excluídas de investimentos e financiamentos.
<b>14</b>	A mineração em alto-mar é inaceitável.
<b>15</b>	A instituição financeira exclui o financiamento e o investimento em empresas ativas na mineração de carvão térmico em mais de 20% de suas atividades.
<b>16</b>	As empresas trabalham com padrões e iniciativas relevantes para determinados minerais (mencionados na seção 3.8.2).
<b>17</b>	As empresas são certificadas de acordo com os critérios dos esquemas de certificação para determinados minerais (mencionados na seção 3.8.2).
<b>18</b>	As empresas publicam um relatório de sustentabilidade que pode conter (uma série de) divulgações dos Padrões GRI.
<b>19</b>	Grandes empresas e empresas multinacionais publicam um relatório de sustentabilidade elaborado de acordo com estruturas reconhecidas de relatórios de sustentabilidade.
<b>20</b>	As empresas integram critérios ambientais, sociais e de governança em suas políticas operacionais e de compras.
<b>21</b>	As empresas incluem cláusulas sobre a conformidade com critérios ambientais, sociais e de governança em seus contratos com subcontratados e fornecedores.



## ELEMENTOS DE ÓLEO E GÁS

### Os elementos a seguir são fundamentais para uma política relativa às empresas nas quais uma instituição financeira investe ou financia:

<b>1</b>	As empresas reduzem a chance de acidentes (derramamentos de óleo, vazamentos) usando as melhores técnicas disponíveis e têm um roteiro sólido para situações de crise (o chamado "plano de contingência").
<b>2</b>	As empresas reduzem os resíduos da extração e mineração de petróleo e gás, especialmente a queima de gás natural, e gerenciam e processam esses resíduos de forma responsável.
<b>3</b>	As empresas reduzem os efeitos da pesquisa sísmológica sobre as baleias e outros mamíferos marinhos.
<b>4</b>	As empresas seguem os Princípios Voluntários de Segurança e Direitos Humanos para a proteção de seus funcionários e das instalações da empresa.
<b>5</b>	As empresas só operam em zonas de governança fraca ou áreas afetadas por conflitos se puderem demonstrar que não estão causando ou contribuindo para abusos de direitos humanos.
<b>6</b>	As empresas que atuam na extração de petróleo de areias betuminosas são excluídas de investimentos e financiamentos.
<b>7</b>	A extração de petróleo de xisto betuminoso é inaceitável.
<b>8</b>	A extração de gás de xisto é inaceitável..
<b>9</b>	A perfuração de petróleo e gás no Ártico é inaceitável.
<b>10</b>	As empresas envolvidas em novas explorações e desenvolvimento de petróleo e gás estão excluídas de investimentos e financiamentos.
<b>11</b>	A construção de novos oleodutos e gasodutos é inaceitável.
<b>12</b>	As empresas eliminam gradualmente suas operações de petróleo e gás de acordo com um cenário de 1,5 graus.
<b>13</b>	As empresas publicam um relatório de sustentabilidade que pode conter (uma série de) divulgações dos Padrões GRI.
<b>14</b>	Grandes empresas e empresas multinacionais publicam um relatório de sustentabilidade elaborado de acordo com estruturas reconhecidas de relatórios de sustentabilidade.
<b>15</b>	As empresas integram critérios ambientais, sociais e de governança em suas políticas operacionais e de compras.
<b>16</b>	As empresas incluem cláusulas sobre a conformidade com critérios ambientais, sociais e de governança em seus contratos com subcontratados e fornecedores.

## ELEMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA

### Os elementos a seguir estão relacionados à estratégia e à transparência da instituição financeira com relação a financiamentos e investimentos no setor de geração de energia:

<b>1</b>	A instituição financeira financia empresas envolvidas na geração de energia renovável (eólica, solar, hidroeletricidade de pequeno e médio porte, geotermal, energia das marés, etc.)
<b>2</b>	A instituição financeira tem uma meta mensurável para aumentar seu financiamento à geração de energia renovável.
<b>3</b>	A instituição financeira tem uma meta mensurável para reduzir seu financiamento para geração de energia a partir de combustíveis fósseis ou para reduzir o financiamento para geração de energia a partir de combustíveis fósseis, em relação ao seu financiamento para geração de energia renovável.
<b>Os elementos a seguir são fundamentais para uma política relativa às empresas nas quais uma instituição financeira investe ou financia:</b>	
<b>4</b>	As empresas envolvidas no desenvolvimento de novas usinas elétricas a carvão são excluídas do investimento e do financiamento.
<b>5</b>	A instituição financeira exclui o financiamento e o investimento em empresas ativas na geração de energia a carvão em mais de 20% de suas atividades.
<b>6</b>	A instituição financeira exclui o financiamento e o investimento em empresas ativas na geração de energia a óleo e gás em mais de 30% de sua eletricidade gerada..
<b>7</b>	A energia nuclear é inaceitável.
<b>8</b>	A geração de energia hidrelétrica em grande escala é inaceitável.
<b>9</b>	A construção de represas está em conformidade com os 7 princípios da Comissão Mundial de Represas (WCD) ou com o Protocolo de Avaliação da Sustentabilidade da Energia Hidrelétrica.
<b>10</b>	"A construção de todos os projetos de infraestrutura hídrica está em conformidade com os 7 princípios da Comissão Mundial de Barragens (WCD)."
<b>11</b>	A produção de biomateriais está em conformidade com os 12 princípios da Roundtable on Sustainable Biomaterials (RSB).
<b>12</b>	As empresas publicam um relatório de sustentabilidade que pode conter (uma série de) divulgações dos Padrões GRI.
<b>13</b>	Grandes empresas e empresas multinacionais publicam um relatório de sustentabilidade elaborado de acordo com estruturas reconhecidas de relatórios de sustentabilidade.
<b>14</b>	As empresas integram critérios ambientais, sociais e de governança em suas políticas operacionais e de compras.
<b>15</b>	As empresas incluem cláusulas sobre a conformidade com critérios ambientais, sociais e de governança em seus contratos com subcontratados e fornecedores.

## ELEMENTOS DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

### Os elementos a seguir são cruciais para uma política relativa ao relacionamento da instituição financeira com os clientes:

1	A instituição financeira tem uma política de divulgação dos direitos do consumidor e riscos de produtos e serviços.
2	A instituição financeira tem uma política que estabelece princípios éticos para que o atendimento aos consumidores seja feito de maneira não discriminatória.
3	A instituição financeira garante que os consumidores tenham acesso a mecanismos adequados de recebimento e tratamento de reclamações e que haja um processo de devida diligência para essas reclamações.
4	A instituição financeira divulga os resultados do monitoramento de reclamações, como o número de queixas, as principais questões, as instituições/entidades de defesa do consumidor onde as queixas foram registradas e em quais canais essas reclamações foram recebidas (call center, site, e-mail, telefone, agências bancárias).
5	A instituição financeira tem compromissos públicos para reduzir as queixas dos consumidores, estabelecendo metas e tornando essas informações acessíveis a qualquer parte interessada.
6	A instituição financeira tem um mecanismo para resolução alternativa de litígios (ADR, em inglês), isto é, um processo independente disponível para resolução de reclamações que não sejam eficientemente resolvidas através dos prestadores de serviços financeiros e de mecanismos internos, tais como Ouvidorias.
7	A instituição financeira tem uma política de renegociação de dívidas disponível para consumidores superendividados.
8	A instituição financeira se compromete a se comunicar de forma justa e transparente sobre seus produtos e serviços, em linguagem simples e acessível, levando em consideração as pessoas com deficiência e os grupos vulneráveis.
9	A instituição financeira desenvolveu e implementou perfis de risco relativos a seus produtos de investimento.
10	A instituição financeira respeita a proteção de dados privados do cliente (não divulgando a terceiros sem o consentimento deste).
11	As informações financeiras e pessoais dos consumidores estão resguardadas por meio de mecanismos de controle e proteção adequados com diretrizes definidas e públicas sobre como os dados podem ser coletados, processados, mantidos, utilizados e divulgados.
12	A instituição financeira publica suas políticas ou procedimentos de cobrança e as empresas que as representam nestes procedimentos (terceiras partes).
13	A instituição financeira tem procedimentos e políticas para evitar a venda casada ou outras práticas de venda inadequadas.
14	A instituição financeira se compromete a informar seus clientes em tempo hábil sobre alterações nas tarifas.
15	A estrutura de remuneração da instituição financeira para seus prestadores de serviços financeiros e agentes autorizados é desenhada de forma a encorajar uma conduta responsável, um tratamento justo dos consumidores e para evitar conflitos de interesse.
16	A instituição financeira tem um programa para treinar e qualificar devidamente os funcionários e agentes autorizados sobre políticas e práticas de direito e defesa do consumidor.
17	A instituição financeira tem um programa para treinar e qualificar devidamente os funcionários e agentes autorizados sobre produtos e serviços aos consumidores.
18	A instituição financeira garante que não haja restrições de acesso para os clientes devido aos serviços financeiros baseados em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).
19	A instituição financeira tem uma política comprometida com o fornecimento de acessibilidade para clientes com deficiências e necessidades especiais em todas as agências físicas e serviços eletrônicos, bem como em plataformas on-line.

## ELEMENTOS DE INCLUSÃO FINANCEIRA

### Os elementos a seguir são cruciais para uma política relativa ao relacionamento da instituição financeira com os clientes:

1	A instituição financeira possui políticas, serviços e produtos voltados especificamente a grupos pobres e marginais.
2	A instituição financeira possui filiais em áreas rurais, não apenas em cidades.
3	A instituição financeira disponibiliza serviços financeiros online, sem necessidade de dinheiro vivo (cashless) e no celular.
4	Mais de 10% dos empréstimos concedidos pela instituição financeira é destinado a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).
5	A instituição financeira não exige garantias para fornecer crédito a MPMEs.
6	A instituição financeira tem uma política de divulgação dos direitos do cliente e dos riscos de produtos ou serviços (incluindo risco de superendividamento) oferecidos aos clientes com baixa taxa de alfabetização e MPMEs.
7	Os termos e condições da instituição financeira estão disponíveis em língua nacional/local para os clientes.
8	A instituição financeira tem uma política para melhorar a alfabetização financeira dos grupos de baixa renda, marginalizados e vulneráveis e das MPMEs.
9	A instituição financeira não cobra ou cobra uma taxa razoável dos clientes para abertura de uma conta bancária básica.
10	A instituição financeira não requer um montante mínimo para manter uma conta bancária básica.
11	A instituição financeira possui um padrão e fornece informações sobre o tempo de processamento de crédito.
12	A instituição financeira tem produtos financeiros adequados, acessíveis e convenientes para envio ou recebimento de remessas através de uma conta.
13	A instituição financeira fornece crédito imobiliário para pessoas de baixa renda.
14	A instituição financeira oferece produtos e serviços para melhorar o acesso a serviços bancários e financiamento para mulheres, e para mulheres empreendedoras.

## ELEMENTOS DE REMUNERAÇÃO

### Os elementos a seguir são cruciais para uma política relativa às operações internas da instituição financeira:

1	A instituição financeira mantém o direito de recuperar os bônus no caso de, após o pagamento, notar-se que eles haviam sido pagos indevidamente (procedimento chamado de "clawback scheme")
2	O bônus representa, no máximo, 100% do salário anual fixo.
3	O bônus representa, no máximo, 20% do salário anual fixo.
4	A remuneração fixa não ultrapassa vinte vezes o salário mais baixo ou a escala mais baixa de salário dentro da instituição financeira.
5	Pelo menos 60% do bônus é baseado em objetivos de longo prazo (não confundir com os acordos para o pagamento diferido do bônus).
6	A instituição financeira divulga que pelo menos 60% do bônus dos membros da diretoria executiva está vinculado a metas de sustentabilidade (ASG).
7	A instituição financeira divulga que pelo menos 60% do bônus do CEO está vinculado a metas de sustentabilidade (ASG).
8	O bônus é baseado na melhoria do impacto social e ambiental das práticas operacionais e de gestão da instituição financeira, e os objetivos associados à alocação da remuneração variável são divulgados.
9	O bônus é baseado na melhoria do impacto social e ambiental dos investimentos e serviços financeiros da instituição financeira, e os objetivos associados à alocação da remuneração variável são divulgados.
10	A instituição financeira explica claramente os princípios que regem a remuneração de diferentes grupos de funcionários (Conselho de Administração, cargos executivos, gerência sênior, tomadores de risco).



## ELEMENTOS DE TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

### Os elementos a seguir são fundamentais para uma política relativa às operações internas da instituição financeira:

1	A instituição financeira descreve sua estrutura de financiamento e investimentos em relação a questões socioambientais e fornece informações sobre como a instituição financeira pode garantir que seus investimentos cumprirão com as condições estabelecidas nas suas políticas.
2	A instituição financeira publica os nomes dos governos nos quais investe.
3	A instituição financeira publica os nomes das empresas nas quais investe.
4	A instituição financeira menciona e descreve (em seu site) todas as empresas para as quais tenha concedido novos créditos.
5	A instituição financeira menciona e descreve (em seu site) todas as empresas para as quais concedeu crédito.
6	A instituição financeira divulga os nomes de todas as operações mais relevantes de project finance e de empréstimos corporativos relacionados a projetos, incluindo as informações exigidas pelos Princípios do Equador 4.
7	A instituição financeira publica um detalhamento de sua carteira por região, tamanho e indústria.
8	A instituição financeira publica um detalhamento de sua carteira em uma mesma tabela combinando dados de indústria e região.
9	A instituição financeira publica um detalhamento suficientemente pormenorizado de sua carteira, por exemplo, com base nos dois primeiros dígitos da NACE e ISIC.
10	A instituição financeira publica um detalhamento suficientemente pormenorizado de sua carteira, por exemplo, com base nos quatro primeiros dígitos da NACE e ISIC.
11	A instituição financeira publica o número de empresas com as quais houve interação em tópicos sociais e ambientais.
12	A instituição financeira publica os nomes das empresas com as quais tenha interagido em tópicos sociais e ambientais.
13	A instituição financeira publica os resultados deste engajamento, incluindo os tópicos, objetivos e prazos.
14	A instituição financeira publica os nomes das empresas que estão excluídas de seus investimentos devido a questões de sustentabilidade, incluindo as razões da sua exclusão.
15	A instituição financeira divulga uma política de voto que inclui diretrizes sobre como votar em resoluções de acionistas relacionadas a questões ambientais, sociais e de governança.
16	A instituição financeira publica seu histórico completo de votações.
17	A instituição financeira publica um relatório de sustentabilidade.
18	A instituição financeira publica um relatório de sustentabilidade elaborado de acordo com o requisito de Divulgações Gerais do GRI Universal Standard 2021 ou de acordo com outra estrutura reconhecida de relatório de sustentabilidade.
19	O relatório de sustentabilidade da instituição financeira passou por verificação externa.
20	A instituição financeira informa sobre a consulta com organizações da sociedade civil e outras partes interessadas.
21	A instituição financeira fornece um detalhamento do volume de ativos que são gerenciados interna e/ou externamente.
22	A instituição financeira divulga os nomes dos gestores externos de ativos.
23	A instituição financeira estabeleceu mecanismos para garantir que as práticas de engajamento e votação de gestores de ativos externos ou prestadores de serviços estejam em conformidade com suas políticas de sustentabilidade.
24	A instituição financeira tem um mecanismo de reclamação para indivíduos e comunidades que possam ser afetados adversamente por atividades às quais está ligada, e o escopo do mecanismo de reclamação abrange as atividades financiadas.
25	A instituição financeira estabeleceu um mecanismo de reclamação que é acessível e explica claramente seu processo de gerenciamento de reclamações..
26	A instituição financeira informa sobre o progresso e o desempenho de seu mecanismo de queixas.
27	A instituição financeira compromete-se a respeitar e cooperar de boa fé com mecanismos de solução de controvérsias estatais, judiciais e não judiciais, quando os casos com os quais está conectada são levados a tais mecanismos.

## ANEXO II

Documentos Banco do Brasil
<a href="#">Análise de Desempenho - 4T23</a>
<a href="#">Apresentação Institucional 4T23</a>
<a href="#">Caderno ASG - 2023</a>
<a href="#">Carteira de Negócios Sustentáveis 4T23</a>
<a href="#">Cartilha do Agronegócio Sustentável.pdf</a>
<a href="#">Casos de Mitigação de Risco Socioambiental_BB</a>
<a href="#">Código de Ética BB</a>
<a href="#">Compromisso BB com as Mudanças Climáticas</a>
<a href="#">Compromisso BB com Inclusão Financeira</a>
<a href="#">Compromisso de Proteção ao Denunciante e Não Retaliação BB</a>
<a href="#">Compromissos BB com os Direitos Humanos</a>
<a href="#">Demonstrações contábeis em IFRS</a>
<a href="#">Demonstrações Contábeis PDF 4T23</a>
<a href="#">Diretriz do Exercícios de Voto em Assembléia</a>
<a href="#">Diretrizes de Sustentabilidade Banco do Brasil para o Crédito</a>
<a href="#">Diretrizes Investimento Social Privado</a>
<a href="#">Diretrizes Socioambientais_Lista Restritiva e de Exclusão2023</a>
<a href="#">Due Diligence Social e Ambiental.pdf</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Análise de Perfil do Investidor - Empresas   Banco do Brasil</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Busca - Portal BB</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Canal de Denúncias</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Empresas Participantes</a>

Documentos Banco do Brasil
Endereço eletrônico: <a href="#">Microcrédito Produtivo Orientado</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Política de Privacidade</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Política de Privacidade</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Política de Voto - Você   Banco do Brasil</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Pix - PF - Portal BB</a>
<a href="#">Formulário de Referência 2024</a>
<a href="#">Inventário de Gases do Efeito Estufa 2023</a>
<a href="#">Política de Controles Internos e Conformidade</a>
<a href="#">Política de Participações Societárias</a>
<a href="#">Política de Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços</a>
<a href="#">Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática</a>
<a href="#">Politica De Seguranca Da Informacao Para Parceiros E Fornecedores.pdf</a>
<a href="#">Política Específica de Educação Financeira_BB</a>
<a href="#">Política Específica de Gerenciamento de Riscos e de Capital</a>
<a href="#">Política Específica de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo, ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa e à Corrupção</a>
<a href="#">Política Específica de Remuneração de Administradores_BB</a>
<a href="#">Relatório Anual - 2023</a>
<a href="#">Relatório Anual Unibb 2023</a>
<a href="#">Relatório GRSAC 2023</a>
<a href="#">Sustainable Framework- 08.03.2024</a>
<a href="#">Tabela de tarifas BB</a>

Documentos do BNDES
<a href="#">Acordo PLR 2023</a>
<a href="#">Cartilha para o Exportador de Produtos de Defesa</a>
<a href="#">Circular 76/2023, de 11.12.2023</a>
<a href="#">Código de ética BNDES 2016</a>
<a href="#">Demonstrações Financeiras em BRGAAP 4T2023</a>
<a href="#">Demonstrações financeiras em IFRS 4T2023</a>
<a href="#">Diretrizes do BNDES para mudanças climáticas</a>
Endereço Eletrônico: <a href="#">Por dentro da Ouvidoria do BNDES</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Atividades, empreendimentos e itens não apoiáveis pelo BNDES</a>
Endereço Eletrônico: <a href="#">Acessibilidade - BNDES</a>
Endereço Eletrônico: <a href="#">BNDES - Finem</a>
Endereço Eletrônico: <a href="#">BNDES Microcrédito - Condições ao Microempreendedor</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">BNDES Microcrédito - Informações Gerais</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Código Brasileiro de Stewardship</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Contratação e acompanhamento socioambiental de operações</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Critérios socioambientais para fornecedores de produto ou serviço essencial para a execução do projeto/operação</a>
Endereço Eletrônico: <a href="#">Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Fonte de recursos</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Guia de Práticas de Transparência do Sistema BNDES</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Guia do Financiamento</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Indicadores Estratégicos 2024</a>
Endereço Eletrônico: <a href="#">Lista de Exclusão e Apoio Condicionado - 07/2024</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Política de responsabilidade socioambiental;</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Por que diferentes canais de atendimento?</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Regulamento de Gestão Socioambiental de Operações</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Tecnologia permite ao BNDES embargar crédito em áreas com indício de desmatamento irregular</a>

Documentos do BNDES
Endereço eletrônico: <a href="#">BANCOS DE DESENVOLVIMENTO E MELHORES PRÁTICAS Edição n. 3/2023</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">BNDES - CANAL MPME</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Diretrizes socioambientais para a pecuária bovina</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Guia de Práticas de Transparência do Sistema BNDES</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Ouvidoria - BNDES</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Participações em Assembléias</a>
Endereço Eletrônico: <a href="#">Política de Integridade</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Política Socioambiental para o Setor de Mineração</a>
Endereço Eletrônico: <a href="#">Pronaf Mulher</a>
<a href="#">ESTRATÉGIA CORPORATIVA DO BNDES 2024-2028.pdf</a>
<a href="#">Minuta de contrato- Serviços em geral (inclui risco trabalhista e TI)+VF.pdf</a>
<a href="#">Novo plano de cargos e salários_BNDES</a>
<a href="#">Plano de Negócios_2024</a>
<a href="#">Plano Plurianual de Ações e Monitoramento da PRSA do BNDES para 2022-2024</a>
<a href="#">Política Corporativa de Proteção de Dados Pessoais do Sistema BNDES</a>
<a href="#">Politica corporativa de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo_BNDES.pdf</a>
<a href="#">Política Socioambiental de Atuação em Mercado de Capitais.pdf</a>
<a href="#">PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL DOS DIRIGENTES DO SISTEMA BNDES REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2023 - RVA 2023.pdf</a>
<a href="#">Questionário de Avaliação da Gestão Socioambiental e Climática da Empresa - QSAC</a>
<a href="#">Questionário de Avaliação de Risco Socioambiental e Climático do Projeto - QASP</a>
<a href="#">Questionário de Avaliação Socioambiental de Mercado de Capitais para Empresas Abertas - QSA</a>
<a href="#">Relatório anual 2023</a>
<a href="#">RELATÓRIO DE IMPACTO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES 2023</a>
<a href="#">Relatório de Ouvidoria_1º semestre2023</a>
<a href="#">RELATÓRIO METODOLÓGICO DE CÁLCULO DE EMISSÕES DE GEE. 04/2024.</a>

Documentos Bradesco
<a href="#">Bradesco 2023 - DRE Resumida por país.pdf</a>
<a href="#">Bradesco 4T23 - Relatório de Análise Econômica e Financeira.pdf</a>
<a href="#">Bradesco 4T23 - Relatório de Gerenciamento de Riscos.pdf</a>
<a href="#">Bradesco_Gestão-da-Ecoeficiência_2021.pdf</a>
<a href="#">bradesco-2023-climate-report.pdf</a>
<a href="#">bradesco-inventario-de-emissoes-GEE-2023.pdf</a>
<a href="#">Climate-Transition-Plan_Bradesco.pdf</a>
<a href="#">Código de Conduta Ética da Organização Bradesco.pdf</a>
<a href="#">Composicao-da-Diretoria-Executiva.pdf</a>
<a href="#">Compromisso com os Direitos Humanos Bradesco.pdf</a>
<a href="#">Consumidor.gov - List of companies</a>
<a href="#">Contrato de Renegociação de Dívidas e Outras Avenças Meios eletrônicos e de comunicação à distância.pdf</a>
<a href="#">Demonstrações Contábeis Consolidadas - IFRS 2023.pdf</a>
<a href="#">Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 2023.pdf</a>
<a href="#">Desenvolvimento e Capacitação bradesco.pdf</a>
<a href="#">Diretiva de Privacidade Organização Bradesco.pdf</a>
<a href="#">Empresas credenciadas de cobrança amigável.pdf</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Boletins de voto a distância</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Análise do Perfil do Investidor - API</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Bradesco - Para Você   Limite de Crédito Pessoal</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Canal Corporativo de Denúncias - Bradesco RI</a>
<a href="#">Financas_Sustentaveis-Framework 2022.pdf</a>
<a href="#">Formulário de Referência 2024.pdf</a>
<a href="#">Guia-Boas-Praticas-Relacionamento-Vulneraveis.pdf</a>

Documentos Bradesco
<a href="#">Norma de Conduta e Prática Fiscal da Organização Bradesco.pdf</a>
<a href="#">Norma de Investimentos Responsáveis da BRAM - Bradesco Asset Management.pdf</a>
<a href="#">Norma de Riscos Social, Ambiental e Climático Bradesco.pdf</a>
<a href="#">Norma do Programa de Compliance Concorrencial.pdf</a>
<a href="#">Planilha de Indicadores ESG 2023.xlsx</a>
<a href="#">Política Conheça seu Administrador e seu Funcionário.pdf</a>
<a href="#">Política Conheça seu Cliente.pdf</a>
<a href="#">Política Corporativa Anticorrupção.pdf</a>
<a href="#">Política Corporativa de Segurança da Informação e Cibernética.pdf</a>
<a href="#">Política de Controles Internos da Organização Bradesco.pdf</a>
<a href="#">Política de Diversidade e Inclusão da Organização Bradesco.pdf</a>
<a href="#">Política de Gerenciamento dos Recursos Humanos da Organização Bradesco.pdf</a>
<a href="#">Política de Gestão de Riscos da Organização Bradesco.pdf</a>
<a href="#">Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo.pdf</a>
<a href="#">Principles Responsible Banking-Bradesco-2023.pdf</a>
<a href="#">Programa de Integridade Bradesco.pdf</a>
<a href="#">Relatório climático 2023.pdf</a>
<a href="#">Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC).pdf</a>
<a href="#">Relatório ESG 2023.pdf</a>
<a href="#">Relatório Integrado 2023.pdf</a>
<a href="#">relatorio-ouvidoria-2-semester-2023.pdf</a>
<a href="#">Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional Bradesco.pdf</a>
<a href="#">TABELA GERAL DE TARIFAS PESSOA FÍSICA.pdf</a>
<a href="#">Termos e Condições de Uso Bradesco Celular e SMS Banking.pdf</a>



Documentos BTG Pactual
<a href="#">Apresentação Institucional 4º Trimestre de 2023.pdf</a>
<a href="#">Código de conduta 2023_btg.pdf</a>
<a href="#">Demonstrações Financeiras Completas 4T23.pdf</a>
<a href="#">Demonstrações financeiras em IFRS 4T2023.pdf</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Conheça o COE (Certificado de Operações Estruturadas)</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">NOSSO DNA / QUEM SOMOS</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Qual é o seu perfil financeiro?   BTG Pactual</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Quer investir com taxa zero?</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Termos e Políticas   BTG Pactual</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">BTG Pactual   Private Equity</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Canal de denúncias</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Crédito Pessoal BTG Pactual</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Uma conta completa para quem busca excelência</a>
<a href="#">Exercício de Direito de Voto_btg asset.pdf</a>
<a href="#">Formulário de Referência 2024.pdf</a>
<a href="#">Impact Report 2022 - TIG E BTG.pdf</a>
<a href="#">Política de Investimento Responsável.pdf</a>

Documentos BTG Pactual
<a href="#">Política de Investimento Social Privado_BTG.pdf</a>
<a href="#">Política de ouvidoria_Btg.pdf</a>
<a href="#">Política de Responsabilidades Social, Ambiental e Climática 2023.pdf</a>
<a href="#">Política de Saúde e Segurança Ocupacional.pdf</a>
<a href="#">Politica de Tax.pdf</a>
<a href="#">Política Setorial – Agronegócio.pdf</a>
<a href="#">Política Setorial – Armas e Munições.pdf</a>
<a href="#">Política Setorial – Florestas e Extração de Madeira.pdf</a>
<a href="#">Política Setorial – Geração de Energia - Carvão.pdf</a>
<a href="#">Política Setorial – Geração de Energia - Óleo.pdf</a>
<a href="#">Política Setorial – Geração de Energia Renovável - Hidrelétrica.pdf</a>
<a href="#">Política Setorial – Mineração.pdf</a>
<a href="#">Política Setorial – Papel e Celulose.pdf</a>
<a href="#">Política Setorial – Petróleo e Gás.pdf</a>
<a href="#">Política Setorial_Firgoríficos e Matadouros_2023.pdf</a>
<a href="#">Relatório Anual 2023_BTG.pdf</a>
<a href="#">Relatório de ouvidoria_btg.pdf</a>

Documentos Caixa
<a href="#">Anexo V - Minuta de Contrato.pdf</a>
<a href="#">BrGaap - Demonstrações Contábeis_4T2023.pdf</a>
<a href="#">CAIXA_Relatório_Pilar_III_4T2023.pdf</a>
<a href="#">Código de Ética e Conduta_Caixa Asset</a>
<a href="#">Código de Ética, Conduta e Integridade</a>
<a href="#">Empresas Terceirizadas de Cobrança</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Fundos para você</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Mudanças Climáticas e Mudanças Verdes</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Perguntas Frequentes Conta Corrente</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Pix</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Fampe Parceria CAIXA e SEBRAE</a>
<a href="#">Estatuto_Social_da_Caixa_Economica_Federal.pdf</a>
<a href="#">Framework de Finanças Sustentáveis.pdf</a>
<a href="#">Guia Fundo Socioambiental da Caixa 2024.pdf</a>
<a href="#">Guia_de_Boas_Praticas_Socioambientais_Agricultura.pdf</a>
<a href="#">Guia_de_Boas_Praticas_Socioambientais_Floresta_Plantada.pdf</a>
<a href="#">Guia_de_Boas_Praticas_Socioambientais_Pecuaría.pdf</a>
<a href="#">Guia-de-Alimentos.pdf</a>
<a href="#">Inventário de emissões Caixa.pdf</a>
<a href="#">Marco de Gestão Socioambiental Projeto FinBRAZEEC.pdf</a>
<a href="#">Política de Controle Interno Compliance e Integridade</a>
<a href="#">Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital</a>
<a href="#">POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS PARA GESTÃO DE ATIVOS DE TERCEIROS</a>

Documentos Caixa
<a href="#">Política de Pessoas do Conglomerado Caixa</a>
<a href="#">POLÍTICA DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES E USUÁRIOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS CAIXA</a>
<a href="#">Política de Segurança e Informação</a>
<a href="#">Politica_Institucional_CAIXA.pdf</a>
<a href="#">Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf</a>
<a href="#">Politica-de-Exercicio-de-Direito-a-Voto.pdf</a>
<a href="#">Politica-de-Gestao-de-Recursos-Proprios_Caixa Asset.pdf</a>
<a href="#">Politica-Negocial-CAIXA.pdf</a>
<a href="#">Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf</a>
<a href="#">politica-subscricao-negociacao-valores-mobiliarios-resolucao-cvm161.pdf</a>
<a href="#">Politica-Tributaria-da-CAIXA.pdf</a>
<a href="#">PRSAC_CAIXA.pdf</a>
<a href="#">RELAÇÃO DE CNAE DE EMPRESAS SUJEITAS A APRESENTAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL</a>
<a href="#">relacao-empresas-investidas.pdf</a>
<a href="#">Relatório de ouvidoria 2_2023.pdf</a>
<a href="#">Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas 2023_Caixa.pdf</a>
<a href="#">Relatório Integrado CAIXA 2023.pdf</a>
<a href="#">relatorio-sustentabilidade-2022.pdf</a>
<a href="#">relatorio-sustentabilidade-2023_Caixa.pdf</a>
<a href="#">Remuneracao_Dirigentes_e_Conselheiros.pdf</a>
<a href="#">Tabela de tarifas.pdf</a>
<a href="#">Termo de Referência Consultoria CAIXA Princípios do Equador.pdf</a>

Documentos Itaú
<a href="#">Análise gerencial da operação e demonstrações contábeis completas em BRGAAP. 4t23</a>
<a href="#">Biodiversidade-uso-do-solo-e-os-investimentos</a>
<a href="#">Código de Ética e Conduta</a>
<a href="#">Código de relacionamento com fornecedores</a>
<a href="#">Compromisso de Segurança do Trabalho.pdf</a>
<a href="#">Compromisso do Itaú Unibanco com Direitos Humanos 2024</a>
<a href="#">Compromissos de Impacto Positivo.pdf</a>
<a href="#">Condições gerais contrato microcrédito</a>
<a href="#">demonstrações contábeis completas em IFRS.pdf</a>
<a href="#">Endereço Eletrônico: Correspondentes Itaú no País</a>
<a href="#">Endereço Eletrônico: Denúncia e Atendimento</a>
<a href="#">Endereço Eletrônico: Financiamento Imobiliário</a>
<a href="#">Endereço Eletrônico: Itaú Mulher Empreendedora</a>
<a href="#">Endereço Eletrônico: Mapa de Serviços</a>
<a href="#">Endereço Eletrônico: Participação em Assembléias</a>
<a href="#">Endereço Eletrônico: Quanto tempo para analisar os documentos enviados para contratação de crédito</a>
<a href="#">Endereço Eletrônico: Termos e Condições</a>
<a href="#">Endereço Eletrônico: Transferência Internacional</a>
<a href="#">Formulário de Referência - 2023.pdf</a>
<a href="#">gerenciamento de riscos e capital - pilar 3 - 4T23</a>
<a href="#">Guia de Orientações sobre Assédio e Discriminação nas Relações de Trabalho.pdf</a>
<a href="#">Índice Suplementar Relatório ESG 2023.pdf</a>

Documentos Itaú
<a href="#">Integração de questões ESG em renda fixa_Itaú.pdf</a>
<a href="#">Integração de questões ESG na avaliação de empresas_Itaú.pdf</a>
<a href="#">NORMATIVO SARB 26/2023</a>
<a href="#">Planilha de indicadores ESG 2023</a>
<a href="#">Plano de efetividade PRSAC 2022.pdf</a>
<a href="#">Política Corporativa de Integridade, Ética e Conduta</a>
<a href="#">Política corporativa de prevenção a atos ilícitos</a>
<a href="#">POLÍTICA CORPORATIVA DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO (GLOBAL)</a>
<a href="#">Política Corporativa de Segurança da Informação e Cybersecurity</a>
<a href="#">Política de conduta tributária</a>
<a href="#">POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DO VOTO EM ASSEMBLEIAS GERAIS.pdf</a>
<a href="#">Política de Relações governamentais e institucionais</a>
<a href="#">Política de Remuneração de Administradores e Clawback.pdf</a>
<a href="#">Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática</a>
<a href="#">Principios-Investimento-Responsavel.pdf</a>
<a href="#">Procedimentos de Risco Socioambiental - Crédito</a>
<a href="#">Relatório climático 2023</a>
<a href="#">Relatório ESG 2023</a>
<a href="#">Relatório GRSAC PT.pdf</a>
<a href="#">Relatório Integrado 2023</a>
<a href="#">Relatorio_Engajamento_ESG_2023.pdf</a>
<a href="#">Resumo do Procedimento de Investimentos Pessoais.pdf</a>
<a href="#">Tabela geral de tarifas</a>

Documentos Safra
<a href="#">Cartilha para Parceiros de Negocio.pdf</a>
<a href="#">Codigo de Etica e Conduta - Safra.pdf</a>
<a href="#">Demonstracoes Consolidado IFRS 03.2024_VF.pdf</a>
<a href="#">Demonstracoes Consolidado IFRS 12.2023_VF.pdf</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Canal de Denúncias Safra</a>
Endereço Eletrônico: <a href="#">Correspondentes Itaú no País</a>
Endereço eletrônico: <a href="https://www.safra.com.br/renegociacao-safra.htm">https://www.safra.com.br/renegociacao-safra.htm</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Banco Safra Agências</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Canais Digitais   Banco Safra</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Empresas Participantes</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Empréstimos e financiamentos   Banco Safratm</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Informações Regulatórias   Banco Safra</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Perfil de investidor: como descobrir o meu?   Banco Safra</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Produtos   Banco Safra</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Termos e condições dos produtos   Banco Safra</a>
<a href="#">Estudo de Materialidade - Riscos de Sustentabilidade.pdf</a>
<a href="#">Formulario de Referencia_Safra Asset_2023.pdf</a>
<a href="#">Formulario de Referencia_Safra Wealth - 2023_.pdf</a>
<a href="#">Formulario de Referencia_Turmalina_2023.pdf</a>
<a href="#">Manual de Compliance_Rev. Abril_22_.pdf</a>
<a href="#">Politica Corporativa de Direitos Humanos - Safra.pdf</a>

Documentos Safra
<a href="#">Politica Corporativa de PLDFT - Safra.pdf</a>
<a href="#">Politica de Barreira de Informacoes -.pdf</a>
<a href="#">Politica de Combate a Corrupcao e Suborno - Safra.pdf</a>
<a href="#">Politica de Diversidade_ Equidade e Inclusao.pdf</a>
<a href="#">Politica de Exercicio de Voto - 2024.pdf</a>
<a href="#">Política de Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático (PGRSAC).pdf</a>
<a href="#">Politica de Investimento Responsavel ASG - Safra Asset e Banco J.pdf</a>
<a href="#">Politica de Ouvidoria.pdf</a>
<a href="#">POLITICA DE PRIVACIDADE E PROTECAO DE DADOS .pdf</a>
<a href="#">Politica de Relacionamento com Clientes e Usuários_Safra.pdf</a>
<a href="#">Politica de Responsabilidade Social_ Ambiental e Climatica_Safra.pdf</a>
<a href="#">Politica de Seguranca Cibernetica - Safra.pdf</a>
<a href="#">Politica Risco Operacional_ Safra.pdf</a>
<a href="#">Principais Indicadores em IFRS.pdf</a>
<a href="#">Relatorio Anual 2023_Safra.pdf</a>
<a href="#">Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3 – 4T23</a>
<a href="#">Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC) - Dez 2023</a>
<a href="#">Relatorio de Transparencia e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens 202401 v3.pdf</a>
<a href="#">Relatorio ESG 2023_Safra.pdf</a>
<a href="#">Relatorio Ouvidoria 2 semestre 2023.pdf</a>
<a href="#">Tarifas sobre Serviços – Pessoa Natural.pdf</a>



Documentos Santander	Documentos Santander
<a href="#">2023-consolidated-annual-financial-report-en.pdf</a>	<a href="#">NORMATIVO SARB 26/2023</a>
<a href="#">Climate Finance report 2023.pdf</a>	<a href="#">Política de direitos humanos.pdf</a>
<a href="#">código de conduta de fornecedores santander.pdf</a>	<a href="#">Política de exercício de voto 2021.pdf</a>
<a href="#">codigo-de-conduta-etica-2024.pdf</a>	<a href="#">Política de Investimentos Sustentáveis e Responsáveis.pdf</a>
<a href="#">Como funciona a remuneração no Santander.pdf</a>	<a href="#">POLÍTICA DE PREVENÇÃO DE SUBORNO E CORRUPÇÃO_Santander.pdf</a>
<a href="#">Defence sector policy.pdf</a>	<a href="#">POLÍTICA E DIRETRIZES DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO DO BANCO SANTANDER.pdf</a>
<a href="#">Demonstrações financeiras brgaap 4t23.pdf</a>	<a href="#">POLÍTICA INSTITUCIONAL DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES E USUÁRIOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS.pdf</a>
<a href="#">Demonstrações financeiras IFRS_2023.pdf</a>	<a href="#">POLÍTICA INSTITUCIONAL DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES E USUÁRIOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS.pdf</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">CDP - Banco Santander Brasil SA - Climate Change 2023</a>	<a href="#">Política_anticorruptcao_2020.pdf</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Conselho de Administração</a>	<a href="#">PRSAC Santander.pdf</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Crédito com garantia: O que é, como funciona e os benefícios</a>	<a href="#">Regulamento do canal aberto.pdf</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Crédito Pessoal - Santander</a>	<a href="#">Relatorio Anual Integrado 2023.pdf</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Empresas Participantes</a>	<a href="#">Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital (Pilar 3).pdf</a>
Endereço eletrônico: <a href="https://www.returncapital.com.br/sobre-return-capital">https://www.returncapital.com.br/sobre-return-capital</a>	<a href="#">RELATÓRIO DE OUVIDORIA 2º SEMESTRE 2023.pdf</a>
Endereço eletrônico: <a href="https://www.santander.com.br/abcway">https://www.santander.com.br/abcway</a>	<a href="#">Relatório de Transparência e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens - 1º Semestre 2024.pdf</a>
Endereço eletrônico: <a href="https://www.santander.com.br/agronegocio">https://www.santander.com.br/agronegocio</a>	<a href="#">Relatorio_GRSAC_2023.pdf</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Perfil de Investidor: o que é e para que ele serve?</a>	<a href="#">Release_de_Resultados_2T24_Santander.pdf</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Política de privacidade - Santander</a>	<a href="#">Santander Brasil 20-F 2023 - PT.pdf</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Portal da renegociação</a>	<a href="#">SANTANDER GROUP TAX STRATEGY.pdf</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Realize seu sonho com o financiamento imobiliário Santander</a>	<a href="#">Santander-2023-climate-finance-report.pdf</a>
Endereço eletrônico: <a href="#">Termo de Uso e Política de Privacidade - App Santander Pessoas v2</a>	<a href="#">Sistema de Classificação de Finanças Sustentáveis (SFCS).pdf</a>
<a href="#">ENVIRONMENTAL, SOCIAL and CLIMATE CHANGE RISK MANAGEMENT_ ACTIVITIES THAT REQUIRE SPECIAL ATTENTION AND PROHIBITED ACTIVITIES.pdf</a>	<a href="#">Tarifas Máximas Definidas Pelo Banco Santander.pdf</a>
<a href="#">Formulário de referência 2024.pdf</a>	

# GuiaDosBancos® Responsáveis

**NOVEMBRO/2024**

Realização:

